

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2021**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se no Auditório do Teatro Ribeiro Conceição, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 03.05.2021

**ABERTURA**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Rodrigues Lourenço, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo a senhora deputada Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e da parte da tarde foi substituída pela senhora deputada Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto e o senhor deputado Carlos Manuel Pereira Santos Almeida, desempenhado as funções de primeira e segundo secretários, respetivamente.

**PRESENCAS**

José Rodrigues Lourenço, Presidente da Assembleia, Manuel António Rebelo Ferreira, Leonel Pereira Gonçalves, em substituição do senhor José António Carrapatoso Oliveira, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, em substituição de Miguel Ângelo Sousa Dias Ferreira da Mota, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Manuel Monteiro Afonso, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos em substituição de Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Ricardo Luis de Albergaria Samara Antunes Robalo, Manuel José do Carmo Coutinho, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, tendo da parte da tarde sido substituída pela senhora Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Sofia Alexandra Correia Pereira, José Manuel Lourenço Correia, Carlos Manuel Pereira Santos Almeida, António Manuel Ferreira Penela, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Jorge Guedes Osório, Alexandre Costa Sousa Hofmann Castela, Sofia Isabel Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Luis Miguel Correia Friães Santos, Carlos Manuel Almeida Loureiro e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Figueira, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Secretário da Junta de Freguesia de Sande, em substituição do seu Presidente, União das Freguesias de (Bigorne, Magueija e Pretarouca), Secretário da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, em substituição do senhor Presidente, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'El Rei.

**AUSÊNCIAS**

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos senhores deputados José António Carrapatoso Oliveira, Miguel Ângelo Sousa Dias Ferreira da Mota, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Ana Branca Silva Soeiro de Carvalho, e do senhor Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor deputado **Luis Miguel Correia Friães Santos**, para apresentar um voto de pesar, sobre a tragédia que se abateu sobre a família do senhor Amândio do Carmo da Fonseca, um distinto lamecense, que exerceu funções de autarca neste Município de Lamego, nomeadamente o falecimento do do seu neto, José Emanuel da Fonseca Mesquita, ao que se associarem todos os grupos municipais, a Mesa da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, conseqüentemente este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel José do Carmo Coutinho** para dizer que se teve aqui um voto de pesar, ele vem ao ambão por outro motivo, vem hoje aqui, para, na sequencia das comemorações dos 50.º Aniversário de um Clube desta Comunidade, que por muitas vezes passa despercebido, mas faz parte do movimento ativo à escala mundial, por isso quer deixar os parabéns pelo 50.º Aniversário do Rotary Clube de Lamego. É um Clube formado por profissionais, dão de si antes de pensar em si, não vive de subsídios estatais, e conseguem mobilizar e fazer acções positivas nas suas comunidades, mas concretamente na comunidade de Lamego. Por isso e também como Rotário, não quer deixar passar este momento, para dar um voto de parabéns do Rotary Clube de Lamego e uma homenagem especial a todos, uma centena, seguramente, de Rotários, que deram algo à sua comunidade, algo ao movimento rotário internacional. Este momento foi assinalado na semana transacta, com algumas iniciativas, que culminaram com aquele pequeno monumento que está colocado na Rotunda, em frente ao Super Mercado Continente, e em que estão ali elencados todos os trinta e seis lamecenses que há cinquenta anos fundaram este Clube. Ao Rotary Clube de Lamego e em seu nome pessoal os seus parabéns.

1.1 – **ASSUNTO** – LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

1.2 **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE MAIO DE 2021

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de 13 de maio de 2021, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados.

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e duas abstenções, estas por não terem estado presentes na referida sessão.

Interveio o senhor **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem**, para dizer que pela tardinha do dia 12 de Junho, as Freguesias de Valdigem e Figueira, foram assoladas por intempérie nunca assim vista nem sentida, como disseram os mais idosos! Chuvas torrenciais, ventos muito fortes, granizo, sobretudo o granizo, dizimaram hectares e hectares de vinha e olivais, na direcção que vai desde a barragem do Varosa, zona dos Vales, Pregais, até Figueira.

Em pleno temporal, recebeu uma chamada de um cidadão que se encontrava em residência secundária com vinhas, na Rua dos Vales, alertando-o para a situação caótica, com estas palavras: - *“António, alerta quem de direito, que a estrada Municipal Valdigem/Figueira está obstruída com pedras e lamas, não consigo passar, e está também aqui bloqueado um autocarro.*

- *Tem crianças? Questionou. Não. Foi a resposta. Como estão as coisas? Acrescentei. Resposta: “Indescritível. Um horror. Nem folhas ficaram”,* concluía o cidadão Nelson Rodrigues.

Alertou de imediato a Proteção Civil Municipal, que tomou as medidas julgadas adequadas.

Ao amanhecer, veio o pesadelo!... Tudo visivelmente destruído. Nem as folhas ficaram, como disse o cidadão referido anteriormente.

E agora? Dizemos nós e dirão vocês também.

O Município convocou uma reunião, falou-se de seguros, coberturas, (para os pomares), para a vinha impensável. Possibilidade de crédito, mas como?, se não se consegue pagar o crédito? Ficaram muito preocupados e expectantes.

Seguiram-se ainda dias de anúncio de trovoadas e temporais. As enxurradas eram diárias. Limpava-se o maior, no dia seguinte, a mesma coisa. Desencorajador, é o mínimo que se pode dizer.

Mas Excelentíssima Assembleia, o Município teve conhecimento da gravidade da situação, pois recorreu duas vezes à Proteção Civil Municipal. Posteriormente, apelou ao encaminhamento para o Governo da Nação, dando conta do grau de destruição, testemunhado com fotos. Elas dizem mais do que tudo o que acabei de referir. Uma coisa é dizer, outra é ver.

Pois bem. Até hoje, 29 de junho, a Junta de Freguesia não recebeu uma só chamada de alguém com responsabilidades no Município, tentando inteirar-se da situação. Não sabe o que se passa! Dá o benefício da dúvida, pois os telefones podem estar avariados com tanta trovoadas!... Nunca se sabe! Que é estranho lá isso é, não acham também?

Humor à parte passe-se e agora a sério. É que felizmente ou infelizmente, também tem memória. Aqueles que na legislatura anterior faziam parte deste Órgão, se bem se lembram, são testemunhas. Foi anunciada com pompa e circunstância numa das Sessões, a verba de “quinze milhões para reparar estragos do mau tempo no Douro e Baixo Mondego”. Os apoios destinavam-se, e cito, “sobretudo à replantação de vinhas e à reposição de muros, sistemas de rega e estufas”.

Esse anúncio foi feito em visita a Braga, e também a Santa Marta de Penaguião, do então Senhor Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, e cita de novo para ajudar a reparar os estragos provocados pelas intempéries de fevereiro no Douro e Vale do Mondego.” Só que há aqui um pormenor curioso. Este anúncio foi em 01 de abril, de 2016.

Chegou alguma coisa ao Douro? Recorda-se bem, na sua Freguesia teve bastantes muros caídos, e não teve conhecimento disso!

Ora aqui está a razão desta Moção, que passou a apresentar e apelou à sua aprovação. que se transcreve na íntegra:

*“A Junta de Freguesia da União de Freguesias de Parada e Valdigem e a Junta de Freguesia de Figueira, solicitam a esta Assembleia Municipal que seja aprovada e enviada ao Governo da República Portuguesa esta **MOÇÃO**, apelando e pretendendo a vinda de quem de direito ao terreno, a fim de se inteirar “in loco”, dos reais prejuízos causados nestas duas Freguesias pelas intempéries de 12 de junho, e assim poderem ser tomadas medidas adequadas. Não é só em reuniões avulsas.*

*Os prejuízos dos nossos agricultores não tiveram visibilidade, pois infelizmente nenhum canal televisivo nos visitou. Além da produção deste ano, que simplesmente desapareceu, azeite e vinho, não sabemos se as videiras darão poda para o próximo ano. As varas estão fendidas, a maioria secará. Daí o apelo para que o Ministério da Agricultura se faça representar, deixe os gabinetes, saia do Terreiro do Passo, venha às nossas Freguesias, porque aqui também é Portugal, e reuniões ao abrigo do ar condicionado, não são a mesma coisa”.*

Não havendo nenhuma intervenção, de imediato o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Tomou a palavra o senhor deputado **Jorge Guedes Osório Augusto**, para felicitar o senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo pela realização e concretização do circuito pedonal, que liga a Ortigosa ao Relógio do Sol. Disse que passou a ser um frequentador diário, e realça a quantidade de pessoas, que diariamente e por várias razões percorrem aquele circuito. nas várias horas do dia, para além da segurança criada junto às habitações na Quinta de Sto António. Apelou à Câmara para que fosse tomada em conta a integração deste novo espaço, nos circuitos de limpeza, sugerindo que o equipamento móvel de aspiração, também passasse a intervir neste circuito.

Interveio a senhora deputado **Sofia Alexandre Correia Pereira** para dizer que por motivos profissionais a senhora deputada Ana Branca Silva Soeiro Carvalho não pode estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, e por isso vai ler a intervenção que a mesma tinha preparado para a ler hoje.

“Neste momento de pandemia em que a cultura sofreu contratempos, e as pessoas perderam a possibilidade de estar presentes em eventos, por falta de iniciativa ou por falta de estratégia política, a Câmara Municipal de Lamego conseguiu continuar a trabalhar em prol dos seus munícipes. Sem dúvida, que sendo uma cidade de cultura, de artistas e de poesia, património saberes e saberes, este mandato soube contornar a problemática de confinamento, implementar novas dinâmicas, para colmatar este flagelo mundial.

Cultura com evidências, protocolo com a Ordem dos Caminhos de Santiago, relevância no programa transfronteiriço e num trabalho em rede profícuo, com o sector

turístico no Concelho e no Douro. Santiago marca os caminhos de Torres, mas sobretudo, os caminhos do interior, que fazem de Lamego um marco histórico e de referencia mundial.

Protocolo com as Entidades Públicas e Privadas, no Prémio Literário Fausto Guedes Teixeira, o incentivo à produção literária de jovens, um trabalho que premeia aqueles que, desde muito novos olham a sua terra com o sentido sonhador.

Protocolo com a Direção da Cultura, com a descentralização de serviços para a Cidade de Lamego. Restauro e Património de uma Cidade secular. Mas há ainda toda uma continuidade de exemplos de cariz cultural, onde a Câmara Municipal é parceira. Sem duvida que falar em cultura é falar em Pessoa, no seu sentido mais nobre. é falar das raízes que caracterizam e tornam diferenciado qualquer território. A Cultura promove a criatividade, a inovação, e o desenvolvimento das regiões e a coesão de territórios.

Usou da palavra o senhor deputado **Manuel António Rebelo Ferreira** para dizer que vai abordar dois assuntos, que para além daqueles que o senhor Presidente teve a amabilidade de colocar na informação, também lá poderiam estar, lá poderiam constar, pela sua importância, pela sua abrangência, pela sua representatividade. Está, exatamente a falar num deles, aqui já referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem trazer à discussão, que tem a ver com a questão das intempéries, e por outro lado, outro que tem a ver com a construção do Parque da Saúde.

Relativamente à preocupação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem, revelou aqui, ela é sem duvida, uma preocupação legítima, é uma preocupação pertinente, por isso foi votada a moção, por unanimidade, que trouxe, sobre as intempéries, e os seus fundamentos, sem dúvida, são preocupantes. Tanto assim, que tiveram, sem dúvida, eco no Município. Por isso a Câmara Municipal, dentro daquilo que são as suas competências, deu os primeiros passos para conseguir despoletar esta situação, e resolver, exatamente, este problema, que às vezes não necessita de muitos alaridos, não necessita de muitos e grandes holofotes, há entidades que podem, sem dúvida, fazer a mediação entre os agricultores e o Poder Central, não é necessário muitas fazer grande Shou Off, de presença de figuras políticas, figura proeminentes, tem que ser sensível, ser práticos na resolução dos problemas e é isso que pretende, numa situação tão gravosa, exatamente, como esta a que se assistiu nos últimos dias.

E por isso quer destacar esse papel, essa atitude bastante proactiva, bastante assertiva que o Executivo teve. E era isso porque era necessário começar, exatamente, por algum lado. E começou por aquilo que era obvio e essencial, reuniu com caráter de urgência com a Associação de Agricultores, com a presença, como pode constatar de vários Presidentes de Juntas, para discutir, precisamente, medidas para poder minimizar estes efeitos gravosos negativos provocados, sem dúvida pelo

mau tempo. Andou bem o Executivo, andou o Município, ao adotar esta atitude, uma atitude activa, junto destes intervenientes, em juntar estas pessoas, a fazer a referida reunião, com a presença de uma figura do Ministério respetivo, Dra. Carla Alves, Directora do Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. E depois também esteve bem o Município, pois face a esta situação difícil, que provocou avultados prejuízos nesta região, dá mais força para que o Executivo possa reivindicar medidas, para que medidas sejam tomadas, com o objetivo de atenuar as gravíssimas consequências dos efeitos do mau tempo, que atingiu diversos terrenos, diversas culturas desta região de Lamego, a vinha, os pomares e as oliveiras tiveram grandes consequências a essa nível. E aqui houve, sem duvida, aquilo que tem de existir sempre, que é um trabalho de articulação, um trabalho colaborativo entre as várias coletividades, desenvolveram face a um grave problema que afectou a vida das pessoas, de muitos agricultores, que é necessário, sem dúvida referir, que é necessário apreciar, com muito cuidado. Agora, há que fazer a sensibilização do Ministério da agricultura, para a necessidade, sem duvida, de um forte reforço de verbas, para que as pessoas se possam candidatar, de apoio aos produtores de maçãs, da vinha e das oliveiras. Linhas de apoio que possam minimizar esta situação. Isto ficou patente nesta reunião com a representante do Ministério da Agricultura, a forma cuidada, uma nota de preocupação grande, sem duvida, que o Município de Lamego teve.

Agora, há também que ter o cuidado, com alguma regulamentação, pensa ele, nomeadamente, quando se tem consideração, situações que tem a haver com a cobertura, por exemplo, dos pomares, muitas das explorações que estão a ser utilizadas, têm formas muito dispares, colorações muito diferentes, e formas como se colocam, que pode causar muitas vezes algum impacto ambiental, retirando a harmonia que tem esta região vinhateira e as posições têm que ser bem concebidas, de forma a não descaracterizar o território. A sua chamada de atenção também é essa ao senhor Presidente da Câmara, quanto tiver a possibilidade de fazer outro tipo de reuniões com algum representante do Ministério da Agricultura e das Pescas, sem duvida, existe esta necessidade de uma maior regulamentação, de forma a proteger por lado um lado o meio agrícola e por outro lado também, salvaguardar as colheitas, sem dúvida é fundamental. Mas esta preocupação tem que ser uma preocupação que tem que estar, sem dúvida, presente.

Relativamente à segunda questão, que tem a ver com a construção de novo Centro de Saúde, dar aqui uma nota importante, relativamente á forma como este Executivo, nomeadamente, o senhor Presidente da Câmara teve na condução deste difícil, deste complexo dossiê, que foi o processo da construção do Centro de Saúde de Lamego. O senhor Presidente da Câmara consciente da importância deste projeto, para os lamecenses, de que se trata de uma grande, de uma velha e de uma antiga aspiração da população lamecense, há muito esperada, e que agora, tem ao fundo do túnel a

luz, de poder vir a ser concretizada. o senhor Presidente da Câmara desenvolveu, por aquilo que este a ver, pois teve a oportunidade de acompanhar, um processo forte de reivindicação. Mas feito, sempre, de uma forma, muito sigilosa, de uma forma muito discreta, de forma a não haver perturbação, que muitas vezes existe, neste tipo de processos, de investimentos de grande monta, que vão para determinado tipo de concelhos. Por isso junto da ARS do Norte, o senhor Presidente, logo que soube que havia a possibilidade e houve a publicação do aviso, que permitia, sem dúvida, um concurso e um investimento de dezassete milhões de euros, conseguiu de alguma forma, aproximadamente, quase uma verba de quatro milhões de euros fosse alocada a Lamego, e Lamego partiu, sem dúvida, como elemento principal desta corrida. E todos têm a noção que o Parque da Saúde, é, realmente um parque, pelo menos ao nível do Centro de Saúde, o atual se encontra muito degradado, muito disperso, com grandes dificuldades de funcionalidade, com uma habitabilidade muito fraca, muito desumana, um espaço muito exíguo, muito apertado, muito pequenino, e que de alguma forma tem, inclusive difíceis condições de acesso, como todos os que o frequentam sabem.

Este era um desafio que qualquer Presidente, orgulhoso da sua missão, no cumprimento do dever, sem dúvida, publico, interesse público, gostaria de concretizar. E foi assim, que este Presidente da Câmara deitou mãos à obra, apresentou uma minuta do contrato programa a celebrar com a ARS do Norte, em que o Município de Lamego manifestou total disponibilidade para operacionalizar e fazer a cedência de um terreno, para que se pudesse construir o centro de saúde. A Administração Central teria outras contrapartidas da obra, teria a definição do programa funcional, a posição da arquitectura, da concessão, da execução. E pelo que viu, infelizmente, em determinada altura a ARS Norte, a meio do processo negocial, sem razões aparentemente muito objetivas, a não ser aquela comparada, pelo facto do o Município de Lamego, como outros Municípios também estavam a usufruir desta verba, não beneficiarem, também eles, de outras contrapartidas, acabou por mudar algumas das condições iniciais que tinham sido contratualizadas. E alterou-se por isso essa posição da ARS Norte, e o protocolo foi alterado, não assumindo aquilo que também era importante, que era a responsabilidade do pagamento da participação nacional, que estava alocada à responsabilidade da ARS Norte, responsabilidade que acabou por vir para o Município. Mas isto, deve dizer não aconteceu, de forma passiva, de forma de baixar os braços por parte do Executivo, pelo contrário, o Presidente da Câmara teve aqui realizado um intenso processo negocial,. Por isso há que destacá-lo e há aqui que o referir, há que o dizer. Teve um comportamento, sempre, muito acutilante, comportamento de defesa intransigente da posição do Município, de reivindicação, que isto, seria sem dúvida, uma obra que deveria estar a cargo do poder central, e não do poder local, que está com as suas limitações financeiras. Aliás limitações financeiras, que pela primeira vez, ficou grato em ouvir,

numa declaração do Vereador do CDS/PP, acabou como que, de uma forma mais ou menos explícita, assumir que, realmente, o Município pelas dificuldades financeiras que atravessava, não deveria, eventualmente, ter as seus braços esta obra. E por isso o senhor Presidente da Câmara fez várias diligências, sem dúvida, junto do Ministério da Saúde, promoveu, inclusive, pelo que viu, uma reunião com a senhora Ministra da Saúde, com a ARS Norte, para se encontrar uma solução mais equilibrada possível, o mais consentânea com a realidade financeira de cada uma das estruturas, mas apesar deste esforço, deste empenhamento, não foi possível, sem dúvida ao Presidente da Câmara, não por incapacidade sua, mas por incapacidade financeira da ARS Norte, assumir a comparticipação, sem dúvida nacional. O que estava em causa, era exatamente, e por isso viu que a questão que se colocava era se, mudando estas condições contratuais se se devia ou não continuar o projeto, se deveria abortar o próprio projeto. Se o mesmo, agravando as próprias condições e a comparticipação do Município, o protocolo devia ou não ser estabelecido. Enquanto alguns oscilavam, enquanto alguns tinham dúvidas, enquanto até alguns votavam contra, o que não se percebe muito bem, que não tenha havido uma unanimidade, relativamente a um assunto tão importante e delicado, desde o início, sem dúvida, do processo, o Executivo em funções, nomeadamente, o senhor Presidente da Câmara, embora descontentes, com estas novas cláusulas, foram sem dúvida, introduzidas e exigidas pela ARS Norte, assumiu com vigor a necessidade de uma obra de máxima importância, sem dúvida, para os lamecenses, e que não se poderia desperdiçar, não se poderia deixar, não se poderia abdicar desta ocasião para que o Centro de Saúde fosse, sem dúvida, construído. O senhor Presidente da Câmara, sem dúvida assumiu a minuta do contrato programa, como um primeiro passo para que este sonho que todos temos há muito tempo, a construção de um Centro de Saúde, passasse, sem dúvida, a ser uma realidade, isto é, sem dúvida, de chamar aqui à atenção. Embora não se esteja perante aquele contrato programa, como aqui foi referido, mais favorável para o Município, foi possível não se perder esta oportunidade. Não se tem muitas vezes, durante o exercício de um mandato. E portanto fica aqui o compromisso, também pelo que ouviu do senhor Presidente da Câmara, e pensa que o vai reiterar, em não deixar cair este dossiê, em não deixar cair este processo, aquando da descentralização das competências na área da saúde, para que possa ser reivindicada as respectivas compensações, visto que nesta situação o Município foi afoito nesta iniciativa, não deixou cair a construção do Centro de Saúde, era uma responsabilidade à partida do poder central, mas que este Executivo em funções acabou por abraçar e por isso de deve também, ter esse reconhecimento, dessa compensação mais tarde, aquando da delegação de competências. Portanto, na condução de uma estrutura que é essencial e cara para todos, destacar a dedicação, empenho e determinação que o Executivo em funções teve e o Presidente da gestão deste processo, tão importante,

tão indispensável para Lamego, e tão importante para o Concelho, a que todos já aspiravam há muito tempo.

#### PAG 9

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel Monteiro Afonso**, começando por dizer que verifica uma coisa, que já todos devem ter verificado, o ambão que sempre esteve do lado direito passou agora estar no lado esquerdo, pessoalmente preferia que estivesse ao centro. Mas é-lhe indiferente, pois interessa o que se diz, e não o lugar de onde se diz.

Uma segunda observação, para dizer que a senhora deputada Sofia Alexandra Correia Pereira, veio ao ambão, e na altura até pensou, temeu quase, que vindo aqui lhe viesse falar do tão saudoso antifascista, Pedro Barroso, que foi um dos maiores defensores da liberdade, designadamente pelo respeito e tolerância na orientação sexual, que fez uns versos chamados “O Cerco”, que ele aqui recitou parte. Não sendo habituais as suas intervenções, pensou que a senhora deputada viesse por causa disso. Mas veio por outro motivo e muito bem.

Uma última observação antes de entrar naquilo que o trouxe aqui, tem a ver com o que foi dito sobre o Centro de Saúde, pelo senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira, espera que recomponha uma expressão sua, que é “poder vir a ser”, pois quanto a lançar pedras já estão todos cheios, e esta expressão que é condicional passe a ser um futuro, um futuro muito presente. Não quer entrar aqui na polémica, que todos sabem que existe, da escolha controversa, relativamente às melhores condições para este Centro de Saúde, designadamente quanto ao lugar.

De uma forma muito genérica afirmou que iria falar sobre impostos e taxas municipais. Claro que não é nada de novo que os senhores deputados não saibam tão bem, como ele, mas foi isto que resolveu falar.

Sabemos todos que os impostos, são da competência exclusiva da Assembleia da República. O governo, apenas terá competência para legislar sobre a matéria fiscal mediante autorização legislativa.

De forma breve, e sem obrigação da enunciação de todos, pediu permissão para lembrar que os impostos incidem sobre o rendimento, IRC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) e o IRS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), sobre o património, IMI (imposto municipal sobre os imóveis), o IMT (imposto sobre as transmissões), o IS (imposto de selo) o IUC (imposto único circulação); e sobre a despesa com o IVA (imposto sobre o valor acrescentado), o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas, açúcar, sobre os produtos petrolíferos, o imposto sobre o tabaco, sobre veículos (ISV) e tantos outros.

A par destes impostos, sabemos da existência de outros tributos especiais e das taxas. De entre estas, e no que nos importa, as municipais, com peso significativo nas

receitas do Município, enquanto contrapartidas pelo fornecimento de serviços ou disponibilização aos munícipes de regalias.

Desta forma, arrecadamos receitas provenientes de impostos (alguns dos que mencionou) e as taxas:

IMI, antiga contribuição predial autárquica e ancestralmente conhecida como a décima, incide sobre o valor patrimonial tributário de todos os prédios particulares, rústicos e urbanos, 0,8% para os primeiros e entre 0,3 e 0,5% para os urbanos, fixado por esta Assembleia Municipal em 0,38%. Esta receita do Município representa uma fatia considerável de cerca de 3 milhões de euros.

IMT, incidindo sobre as transmissões onerosas de imóveis. (compra e venda, doações, genericamente para todas as transmissões não isentas.

IRS, até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no nosso município, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções. Aprovámos aqui, para o nosso município a percentagem de 4%, (próximo do máximo permitido) sendo devolvido ao contribuinte 1%.

Derrama, este imposto municipal sobre o rendimento colectável das empresas, em Lamego aprovada a taxa máxima, de 1,5% e a isenção para as empresas com volume de negócio inferior a 150.000 €.

E as Taxas municipais, devidas pelos alvarás de licenças de construção e sanitárias; transferência de propriedade dos estabelecimentos; gestão de resíduos sólidos; ligação domiciliária de esgotos; estacionamento de viaturas; ocupação da via pública; anúncios e publicidade, etc. Onde se poderão incluir os emolumentos.

Posto isto, assim de forma genérica, importa ainda relembrar que o município para além destas receitas próprias, e que correspondem grosso modo, aos recursos financeiros que podemos arrecadar, (impostos, taxas, rendimentos de propriedade e da venda de bens e prestações de serviços), temos transferências do Orçamento de Estado, salientando-se O Fundo Social Municipal e O Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Estas transferências do Estado, sobretudo por via do Fundo de Coesão Municipal, tem inscrita e propalada como principal finalidade, a de compensar as desigualdades e desequilíbrios territoriais, no país.

Mas, senhoras e senhores deputados, esta finalidade não passa de mera expressão oca e ilusória, tão ao gosto dos devaneios com que o legislador habitualmente se perde nos preâmbulos dos diplomas legais. Desde logo, a comparticipação de fundos do Estado para a Administração Local é fixada em percentagem da receita líquida proveniente do IRS, IRC, e IVA, pelo que é fácil de concluir que quanto mais despovoados são os territórios, menor será o imposto aí cobrado e menos receberão esses municípios.

Mas ainda, e sobretudo, a enorme desigualdade trazida pelo anacrónico IMI. Este imposto (embora com outra designação) é secular e atravessou regimes diversos,

mais recentemente o Estado Novo. Não obstante, é visto por muitos como socializante, por incidir sobre o património imobiliário, nas mãos dos particulares, sejam eles pessoas singulares ou colectivas e, entendido como representando os custos da manutenção de uma série de serviços que os municípios prestam aos particulares e empresas detentores desses imóveis, anualmente.

É uma justificação, podendo ser qualquer outra, pois é certo que esses proprietários pagaram o IMT, o IS, todos os custos associados à sua aquisição, pagam mensalmente todos os serviços prestados pelo Município, nas facturas da água, saneamento, esgotos, etc, continuando a pagar aquela putativa renda anual (o IMI), por terem em seu nome, na matriz, o prédio que habitam. Mas, falava da desigualdade territorial trazida por este imposto, que resulta óbvia, se tivermos em conta as características específicas do parque edificado e das dinâmicas imobiliárias de cada território. Lamentavelmente, assistimos todos, há muito, à drenagem do interior para o litoral e grandes cidades, onde haverá maior necessidade de casas, o que levará a mais IMI, a casas mais caras e de novo a mais IMI, sempre e cada vez mais receitas para esses municípios.

Ou inversamente, se o Município perde população, menor será a necessidade da construção de novas habitações; Se há menos imóveis construídos as receitas de IMI tenderão a baixar (a título de exemplo, a nossa receita de IMI é de cerca de 3 milhões, enquanto a de Lisboa é de 122 milhões); Com menos procura de casas, baixa o seu valor de mercado, o seu valor tributário e a receita de IMI. (a título de exemplo, enquanto em Lisboa o metro quadrado de construção ronda os 4.500 euros, entre nós não chegará aos 750 €).

Tudo isto faz-nos lembrar a conhecida expressão “da pescadinha de rabo na boca”, uma perda conduz a outra perda e outra e outra, dando razão à Lei de Murphy.

Dirigiu-se aos às senhoras e aos senhores deputados, para lhes dizer que os não ia maçar mais. Pretendeu com esta intervenção, mostrar que ao contrário do politicamente correcto e profusamente difundido, o regime das finanças locais, em vez de contribuir para a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar social dos municípios mais pequenos e carenciados tem, pelo contrário, acentuado as desigualdades e desequilíbrios entre os Municípios, acentuando as assimetrias entre o litoral e o interior, mostrando-se incapaz de as reverter ou atenuar. Lembrou que nós podemos fazer muito, por exemplo, Lisboa apurou em 2019, perto de 39 milhões apenas da taxa turística, à razão de 1€ por cada pessoa e dormida. Nós temos o Douro, Património da Humanidade. Mas creiam, o Estado tem de fazer muito mais.

Insistiu, que pretendeu com esta sua intervenção cativar a atenção e vontade desta Assembleia Municipal para fazer ver ao poder central, que tem de atender aos princípios de igualdade, de racionalidade, de justiça, na distribuição da riqueza nacional, por forma a reduzir os desequilíbrios existentes. Esta é e será sempre uma grande batalha que determinará, está certo, o futuro do Interior e o futuro de Lamego.

Interveio o senhor **Carlos Manuel Almeida Loureiro** para dizer que as suas primeiras palavras são de agradecimento. Começa pelo agradecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que honrou com o presente da Constituição, que acha que todos deveriam ter, e que ajuda a ver quantas injustiças existem, que a Constituição não é seguida conforme ela assim o diz, e que mais à frente irá trazer um tema que esta na Constituição e que este Município não o cumpre. E mais uma vez, pois é tudo muito bonito quando se vai ao palco bater palmas, isso é um presente, mas depois o reconhecimento público não parece existir, principalmente de quem tem que ter. Mais uma vez quer através do pai que está aqui presente, Gaspar Gonçalves, dar os parabéns ao seu filho, ciclista profissional, pela excelente classificação no prémio do Douro, já não falando dos nacionais, que todos sabem qual foi o lugar dele, é um jovem promissor, é um lamecense, um atleta de alta competição, e que, provavelmente, com os desempenhos que está a ter e que segue um bocadinho o ciclismo, irá com toda a certeza ter voos mais altos, por outras categorias e provavelmente a nível internacional, por isso os seus parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penude, pelo filho que tem, pelo empenho que tem e que todos sabem ser ciclista profissional, os sacrifícios que se tem que ter para lá chegar.

Outro agradecimento para o senhor deputado Manuel Monteiro Afonso, pois deixou de ser líder do grupo municipal do PSD, para as últimas sessões, quer-lhe agradecer pelo seu papel, durante estes últimos quatro anos, como líder do grupo municipal, que fez um papel na defesa do partido excelente, os seus debates, a sua sabedoria, que colocou ao interesse do PSD, dos Presidentes de Juntas, por isso o seu agradecimento pessoal, provavelmente extensivo de toda a Assembleia Municipal, pelo seu papel desempenhado, que ficará na memória, as suas intervenções e as suas citações.

Ainda um outro agradecimento, também para e por vezes fala-se muito tanto da nossa vida, é para o ensino. Lamego teve uma escola muito bem pontuada no ranking nacional, uma escola que tem feito um trabalho fantástico, uma escola que está décimas das melhores escolas do distrito, que são as de Viseu, a Escola da Sé, Agrupamentos de Escolas da Sé, não desfazendo o trabalho do outro agrupamento, obviamente, mas foi uma pontuação no rating que deve orgulhar todos os lamecenses. Tudo pelo trabalho do seu director, do corpo docente e não docente, e para todos os professores do Concelho o seu obrigado, por este tempo de pandemia, fazerem das tripas coração, para continuar a administrar um ensino de excelência aos alunos lamecenses.

Ao senhor Presidente da Câmara um agradecimento, pelo Lés a Lés, outra iniciativa excelente. Felizmente o Lés a Lés não foi só Lamego, descentralizou, levaram todos um bocadinho do que é bom das nossas aldeias, que as nossas aldeias têm, passaram por Lazarim.

Mas, também tem críticas, obviamente, pois o senhor Presidente da Câmara aqui há uns anos recebeu um pacote de descentralização de competências do Governo, O PSD votou contra e votou contra, porque não vinha o pacote financeiro. Mas o senhor Presidente da Câmara achou, na altura, por bem aceitá-las. Veja-se o estado da Estrada Nacional 226, a única parte que está limpa é com o trabalho e dinheiro que não devia ser os Presidentes de Juntas de Freguesia de Ferreirim, Britiande, onde se podem circular pelos passeios, a outra parte de Cepões até Lamego, veja-se como está, passeios cheios de ervas. A Estrada Nacional nº 2 pior ainda, só porque o senhor Presidente da Câmara achou por bem que devia aceitar essas competências, as quais ainda não foram passadas para o Município, mas que o Município já que as aceitou, acha que tem que chamar a atenção do Governo Central que não se pode ter aquelas condições numa estrada nacional, bastante movimentada, pois como há muito agente na cidade a utilizar os passeios, também por aquela estrada há muito gente a fazer caminhadas, pois existem passeios, mas as pessoas têm que vir para a estrada, porque os passeios estão cheios de ervas e silvas. Pediu a atenção do senhor Presidente da Câmara para este assunto.

Estando atento a assistir a esta sessão, pensou que já estava num comício de pré-campanha eleitoral, porque é bom que o senhor o Presidente da Câmara o tenha feito, a esse o papel que lhe compete, trazer para Lamego o Centro de Saúde, para Lamego, todos estão felizes por isso. Mas, depois há a outra parte, não é só construir instalações, e profissionais? Há profissionais para trabalharem no Centro de Saúde? Há atrativos?, O Município de Lamego, como outros Municípios, dão atrativos aos profissionais de saúde que vêm para cá, pois os profissionais não vêm para cá, sem haver grandes atrativos. É bom que a Câmara se tenha empenhado, obviamente, que a oposição também se empenharia da mesma maneira, não crê que a intervenção do senhor Vereador, como foi citada pelo senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira fosse, não querendo que o investimento viesse, mas chamando a atenção também, que é preciso capitalizar o que é mais importante, que é o capital humano.

Já em relação ao turismo, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, todos sabem que se está em Pandemia, foi o que foi, mas o Douro foi uma exceção. O Douro, felizmente, não com os números de 2019, mas felizmente trabalhou-se bem. dando um exemplo, o Miradouro do Uzido, este miradouro fica num sitio remoto, para não dizer outro nome, tem uma afluência enorme. Lamego tem uma localização fantástica para o Douro, e rigorosamente não se faz nada. Lamego, como nenhum outro Concelho, tem uma vista panorâmica desde Mesão Frio até, quase ao alto Douro; está Mesão Frio a fazer um excelente trabalho, também agora no Miradouro, as pessoas param para ver o Rio Douro ao Fundo, mas nesta parte de atrativo turístico, acha que Lamego está a passar ao lado.

No que concerne à Nacional 2, pois cada vez mais explorada pelos turistas nacionais e internacionais. Sabe que o Município de Lamego faz parte da Associação de

Municípios da Estrada Nacional n.º 2. Pergunto o que é que o Município tem feito para retirar daquela caixa de passagem, para que o turista pare, para que o turista pernoite, para que o turista conheça, além da Estrada Nacional n.º 2, possa haver desvios, como aconteceu no Portugal Lés a Lés. Foi tirá-los da estrada Nacional 2 e levou-os para Lazarim.

Outra palavra para o senhor Presidente da Câmara, todos sabem que deu mais às Juntas de Freguesia, mas as Juntas e as Freguesias o que lhe vale é terem excelentes Presidentes de Juntas, porque investimento direto da Câmara para as Juntas de Freguesias, não se vê. Existe uma rede viária péssima, sempre que abre o jornal local, vê notícias de outros Municípios a investirem na rede viária, mas aqui no Concelho de Lamego, o senhor Presidente continua a dizer que não tem dinheiro. O senhor Presidente da Câmara também poderia trazer algum empréstimo para recuperar algumas estradas, acha que a Assembleia também aprovaria, à semelhança com outros empréstimos de obras.

Outra coisa que o senhor Presidente esteve bem foi ao isentar o pagamento de taxas às esplanadas, aos imóveis da Câmara, acha muito bem. Mas também devia isentar ou dar outro tipo de isenções a outros comerciantes que têm arrendamentos de privados, ou seja arrendatários de imóveis privados. Pois aqui a Câmara não concedeu um único Cêntimo, fosse no que fosse a estes comerciantes, de Lalim ou Lazarim ou outras freguesias, mas poderia fazer, como por exemplo na água, porque eles pagam água como comerciantes, não pagam água como particulares. O senhor Presidente da Câmara está a beneficiar o comércio local, está canalizar tudo para a cidade, e os comerciantes de outras freguesias ou que têm arrendamentos privados, estão cada vez a ficar sem pessoas, sem comércio, sem movimento e já que a Câmara beneficia uns deveria, por uma questão de igualdade, deveria fazer o mesmo aos outros comerciantes do Concelho todo.

Interveio a senhora deputado **Sofia Alexandra Correia Pereira** para dizer que vem aqui para demonstrar o seu desagrado, porque vê que a postura do senhor deputado Manuel Monteiro Afonso, não mudou em nada desde a última sessão da Assembleia Municipal, em que teve uma intervenção que roçou a xenofobia e no machismo. Vê que se mostrou desagrado com a demonstração das pessoas que não concordaram com a sua posição, mas, de facto, posições como essas, a intolerância não pode passar em branco, deixa aqui esta nota de desagrado que não tenha mudado nada a sua opinião e que não tenha aprendido nada, desde a última sessão da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel Monteiro Afonso**, para dizer à senhora **deputada Sofia Alexandre Correia Pereira**, em primeiro lugar que tinha deixado **claro** que recitou parte de um poema, na altura, que não era seu, e mesmo assim teve o cuidado de retirar parte, que lhe pareceu ser mais chocante. Em segundo lugar, aquilo que recitou é de uma pessoa que a esquerda em Portugal, a maior e melhor

esquerda em Portugal reconhece, como um dos maiores antifascistas, um dos maiores respeitadores de todas as liberdades alcançadas com o 25 de abril. Foi um dos maiores lutadores antes do 25 de abril. E foi esse senhor que fez esses versos que ele aqui recitou em parte. Questionar estes versos que ele recitou, é questionar o passado de um senhor já falecido, embora, não há muito. É estar a questionar o passado de um senhor que toda a esquerda lhe reconhece aqueles valores e sentimentos. Fala, como então disse de Pedro Barroso. Depois, lembra-lhe que naquela altura referiu que os recitava por, precisamente, se estar aqui, nesta Assembleia, a comemorar o dia internacional da mulher, aprovando-se mesmo uma moção. Por isso, ao contrário de interpretações da senhora deputada e doutros, ele entendia que representavam uma ode, um elogio à mulher. Aqueles versos, naquela altura, foram escolhidos precisamente porque estava a ser comemorado o dia internacional da mulher e, portanto, absolutamente em oposição ao que a senhora deputada quer dizer. Deu a conhecer o seguinte episódio: Conta-se que numa altura em que o então primeiro ministro inglês, Winston Churchill, discursava na Câmara dos Comuns, em Londres, era também interrompido por uma senhora deputada, sempre a contradizê-lo. Então ele, a certa altura, parou o seu discurso e disse: “senhora deputada tenha a bondade, venha, diga tudo o que quer dizer”. A senhora deputada levantou-se, como sabem na Câmara dos Comuns os senhores deputados falam de pé dos seus lugares corridos, e disse: “senhor Primeiro-Ministro apenas lhe quero dizer que se Vossa Excelência fosse meu marido, eu punha-lhe veneno no chá”. E sentou-se. Winston Churchill, calmamente, levantou-se e perguntou à senhora deputada se era só aquilo que ela tinha para dizer. E de seguida respondeu-lhe: “Pois bem, se a senhora deputada fosse minha mulher, eu tomaria esse chá com todo o prazer”.

Rematou o deputado Manuel Monteiro Afonso Claro, dizendo que ele não é Winston Churchill, a senhora deputada Sofia Alexandra Correia Pereira, a quem ele reconhece muito mérito na sua juventude e na defesa dos valores que faz, não é a senhora deputada inglesa, não se está na Câmara dos Comuns. Lembrou o episódio que espera coloque uma pedra definitiva neste assunto.

Usou da palavra o senhor deputado **Vítor Nuno Gomes dos Santos**, para dar a sua perspetiva sobre dois ou três temas aqui referidos, e que por isso gostava de referir o seguinte: Relativamente às questões desportivas e aos méritos desportivos, entende que é preciso esperar pelos timings próprios, e não avançar logo para criticar a Câmara. Assim, também reconhece todas as qualidades ao ciclista Gaspar Gonçalves, assim como era o seu pai, grande ciclista. E julga que no seu tempo próprio, a Câmara não se esqueceu e portanto não pode fazer crítica, porque de certeza, o seu momento próprio, vai ser agraciado.

Além disso, não se pode esquecer das excelentes épocas que clubes como o Andebol Clube de Lamego, Sporting Clube de Lamego, Cracks Clube de Lamego, Futsal de

Lamego, estão a fazer este ano. O Andebol Clube de Lamego já tem várias equipas de escalões de juvenis, que se sagraram campeões regionais, na retoma. O Andebol Clube de Lamego está a um passo de subir à segunda divisão nacional. Os Cracks, há que os parabenizar pelo contrato que fizeram, envolvendo a Câmara, envolvendo a Escola Latino Coelho, é bom ver os pequeninos a poderem treinar no campo do Liceu de Lamego.

Relativamente aos parabéns dados ao ex-lider da bancada do PSD, também dá esses parabéns, e que se congratula pelos parabéns não extemporâneos, dados pelos muitos deputados do Partido Socialista, na ultima Assembleia Municipal, no momento certo.

No que concerne às escolas e aos rankings que tiveram, os ratings valem o que valem, se compararmos a nossas escolas de grande qualidade, Agrupamentos de Escolas Secundária da Sé, Agrupamento de Escolas Latino Coelho e Colégio de Lamego, se nos compararmos, juntamente com as escolas do Douro Sul ou do Douro, as Escolas ocupam os primeiros lugares, se compararmos com Viseu. é claro que, não se têm as mesmas oportunidades, que as escolas, por exemplo estão no Sul do distrito que, normalmente são mais bem classificadas. Ocupamos o meio do rating, por assim dizer. E gostava de dizer que o factor que mais influencia no desempenho dos alunos, um dos factores é a qualidade dos professores, mas o factor que mais influencia é a habilitação literária dos pais, principalmente as habilitações literárias das mães. Este é o factor que mais influencia. E portanto um aluno de Tondela, um aluno que more mais perto de Coimbra, se calhar os pais já estudaram na Universidade, e portanto todos estes factores estão em consideração. Os ratings valem o que valem e as notas das nossas escolas são muito boas porquê, porque com as características socioeconómicas, com as características culturais que têm, conseguem realmente estes bons desempenhos. E todas as escolas estão de parabéns. Esta era mensagem que quer deixar, não é contra ninguém, pede desculpa, se realmente percebeu mal a questão da análise desportiva, se não era uma critica, e pondo já a verdade, para não haver a defesa da honra. Era apenas estes pontos que queria colocar na sua perspectiva.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, no ambão, e assim começou por dizer que, perguntar-se-ão os senhores deputados o porquê de o Presidente da Assembleia Municipal ter vindo hoje e aqui ao ambão. E é uma pergunta que no consciente ou subconsciente de todos tem toda a legitimidade de ser feita. Disse que se propôs, desde sempre, que só viria ao ambão numa situação especial, desculpem a imodéstia, essa tal especialidade só pelos deputados pode ser considerada. E explica porque. Porque se está a 29 de junho de 2021, a próxima sessão ordinária será em setembro, onde dizia ele, que em setembro já se vive, com toda a legitimidade democrática, o período da campanha eleitoral que se avizinha, que

está muito próxima para a realização das eleições autárquicas. E tem para ele que este e nesta altura era o momento mais indicado para dizer algumas palavras.

Em outubro, próximo outubro irão perfazer os quatro anos deste mandato, de todos os deputados desta Assembleia Municipal. Reconhece que, efetivamente, as palavras que pudesse proferir nessa altura, aquando da investidura dos novos órgãos, não seria a mesma coisa perante toda esta Assembleia Municipal. Porque é ao fim e ao cabo a Mesa que conduziu esta Assembleia Municipal e pensa que esta é a altura adequada para dizer aquilo que lhe vai na cabeça e no coração. E lembra que na altura do seu discurso de investidura, referiu e sublinhou duas ideias. Que a sua actuação teria de ter em conta o primado da Lei e que não tinha qualquer agenda própria. Relativamente ao primeiro, do primado da Lei, ficará à consciência dos senhores deputados, de que é legalista, mas pensa que, 'picou' um bocadinho a Lei, sempre e em prol de todos os deputados, de que nunca faltasse o poder de debate, no exercício de democracia ativa. Quanto ao segundo principio, não ter uma agenda própria, enganou-se redondamente, porque é que se enganou redondamente? O José Rodrigues Lourenço nunca teve uma agenda própria, no sentido do seguinte, de que aquilo a que se propôs, com a ajuda dos deputados, era tornar este órgão, a Assembleia Municipal de Lamego, repete a Assembleia Municipal de Lamego, como um dos órgãos fundamentais para o exercício da política autárquica. Foi isso a que se propôs e com o contributo de todos os deputados e endossa isto a todos os deputados. Acha que todos conseguiram uma coisa, a que a Assembleia Municipal não é vista agora, como um dos terceiros boletins de voto, que ainda continua a existir, e em que as pessoas olham para aquele boletim de voto, com olhos diferentes, quando olham para o boletim de voto da Câmara Municipal ou da Assembleia de Freguesia. E porquê? Porque a pandemia que ainda se está a viver trouxe, pelo menos, algumas vantagens neste conspecto. Isto é, houve a criação de um canal do Facebook, onde as pessoas podem estar com os ouvidos, nos ouviram, e sabe, pelo menos num grupo que gere no Facebook, vê o numero das visualizações, em que se ajudou a democratizar lá para fora aquilo sucede numa Assembleia Municipal. E o que é que sucede numa Assembleia Municipal? Nunca é demais referir, nem que alguém que pense que seja uma vulgaridade, desde logo as senhoras e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, que estão numa dupla qualidade. A tarefa daqueles é muito difícil, está a dizer isto à vontade, quando concluir. A tarefa das senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia é, extremamente, difícil, estas e estes têm um mandato soberano, sufragado pelo povo, o povo lhes entrega um voto, legitimando-os pelo poder soberano que exala da Constituição da República Portuguesa a fazerem o seu trabalho, que não é nada fácil. E por outro lado, mesmo que seja por uma questão de inerência, que lhes confere, também vêm às Assembleias Municipais, e nas Assembleias Municipais também têm o seu contributo. E por outro lado tem-se as senhoras e os senhores deputados, eleitos diretamente,

que se atreve a dizer duas coisas. Disse que assistiu, esta a 24.<sup>a</sup> sessão, já vai em mais de 147 horas de Assembleias Municipais e quer dizer que ouviu aqui, em muitas das ocasiões, não vai referir nomes, não é necessário referir nomes, ouviu daqui debates brilhantes e profícuos, mas, sempre, sempre, guindados e tendo como bússola, sempre os anseios dos lamecenses. Pelo menos é isso que pensa. Se alguma coisa deu uma pequena porção de contributo para isso, então vê a sua função, completamente, preenchida.

E a segunda coisa que tem dizer, que por consequência disso, quer as senhoras e senhores Presidentes de Junta, quer as senhoras e os senhores deputados, eleitos diretamente, tem orgulho em todos eles. E acha que esta abertura de uma Assembleia Municipal, cada vez mais à sociedade civil, pensa que vai ter um reflexo nas próximas eleições autárquicas. Sendo claro, que os directórios políticos daqueles que se apresentarem a sufrágio, tenderão, sempre, a escolher os melhores, espera que assim seja. Para que a Assembleia Municipal não seja um mero receptáculo daquilo que provem do Executivo Municipal. A que se tenha ideias próprias, se debata, se dialogue. Porque há coisa que os lamecenses bem sabem, e para aqueles que não sabem, pode-se ter aqui, cada um, as suas divergências, e todas as divergências são saudáveis e é com o debate, é com o debate aberto, franco e leal que nascem as melhores ideias, que nascem as melhores ideias para o presente e futuro dos lamecenses.

E nessa perspectiva, acha que os lamecenses têm que ter orgulho nesta Assembleia Municipal, não é no Presidente da Assembleia, é nesta Assembleia Municipal. E espera que haja, muito sinceramente e francamente, por parte dos directórios partidários uma abertura aos melhores. Não basta dizer que se tem que dar o lugar aos mais jovens, ele é a favor da Juventude, em tudo. Tem-se, por exemplo, aqui a mais jovem autarca do País, que pede desculpa, por sempre a ter apelidado carinhosamente por “a nossa cassula”, porque a Sofia Alexandra Correia Pereira é “nossa cassula”, no bom sentido, porque é a mais jovem. Portanto, disse que tem uma esperança de que os melhores que considera que são os que estão aqui, que essa melhoria, essa qualidade se venha a materializar nas próximas eleições autárquicas. Sabe que alguns sairão, por variadas razões, pouco importa essas razões. Outros virão, espera que esses outros venham enriquecer esta Assembleia Municipal, isto é, o órgão Assembleia Municipal, e que bebam as ideias que todos os deputados aqui e neste ambão, aqui deixaram ficar e que estão nas atas.

Disse que, não pode deixar escapar uma outra questão, a que ele tomou uma decisão no dia em que foi eleito Presidente da Assembleia Municipal, porque aqueles que ainda não o sabem, ficarão a saber agora, já conversou com muitos, e sabem as suas ideias, que não concorda nada com o método de eleição do Presidente da Assembleia Municipal. E este também é um dos assuntos, além de outros, em que o papel das autarquias locais no futuro, também pode passar por outros arquétipos, por

outra participação ativa. E esse debate também já foi iniciado, em vários areópagos. E assim quer deixar bem claro esta sua posição.

Referiu que a visibilidade que foi o “lite motive” que o guiou, juntamente com os seus companheiros de Mesa, de dar maior visibilidade, nunca é de mais, para não se esquecer, passaram por outras coisas que acha são importantes, pelos eventos, pela viagem de estudo ao Parlamento Europeu, às belas ruas de Bruxelas, a outras ruas ainda mais especiais de Bruxelas, o que serve muito bem, qual é o problema, qual é o problema, de assumir isso, absolutamente nenhum. E, portanto, as viagens são para isso mesmo, são de conhecimento, de conhecimento e de conhecimento de outras civilizações, de encontros com compatriotas. E depois também se teve, num primeiro momento, foi a visita ao Multiusos, todos os deputados ficaram a conhecer as condições que em que estava na altura o Multiusos. Depois fez-se também uma visita institucional, onde foi galhardamente recebido pelo senhor Comandante do CTOE a todas as suas instalações, incluindo a visita às instalações de Penude. Estava e já tinha tudo preparado para uma segunda viagem, para o ano transacto, era uma pequena comunidade de Nova Jersey, de ao contrário de que muita gente pensa, em que aquilo que vem da América é tudo mau. Através de um compatriota desta terra, que já lá está a 44 anos, conseguido, na altura, esta viagem para se conhecer um pouco do poder local americano. O poder local americano, ao contrário de que muitos julgam, acha que é fantástico. E alias, é tão fantástico que é o seguinte, é que na celebre terça feira da eleição do Presidente dos EUA, são infindáveis as eleições nos EUA, elege-se não só o Presidente, como se elegem os senadores - Câmara Alta, como se elegem os representantes – Câmara Baixa, elegem-se os juízes, os juízes lá são eleitos, os procuradores são eleitos, os mayor’s que são os Presidentes de Câmara, são eleitos, e são todos na famosa terça feira. E depois a forma do exercício do poder autárquico nos EUA só visto. Disse que teve essa ideia e, efetivamente, nessa altura estava quase tudo, mas quase tudo preparado, também a custo zero para o erário público, a possibilidade de se ir a Nova Jersey: Mas também de uma forma aberta, dizer para aproveitar, pelo menos quatro dias para aqueles que não conhecem, conhecer Nova Iorque, onde estão as Nações Unidas. Não foi possível, tinha um plano B, tinha um plano B em carteira, mas nesse plano B já seria a pagar por cada senhor deputado, que era um local chamado Cracóvia, para se conhecer o poder local da Polónia, mas, essencialmente para aquilo que considera ser um local de peregrinação obrigatória da humanidade, para se saber os crimes hediondos cometidos pelos nazis. Mas pronto, a pandemia assim o ditou e não foi possível

Por fim disse que vai perfazer dezasseis anos como deputado municipal, houve um período de nojo, em que tinha decidido, em 2005, onde tinha sido deputado por 12 anos consecutivos e líder da Bancada do Partido Social Democrata, tinha decidido que não voltaria à vida política ativa. Bom, quis o destino que voltasse, mas em condições muito especiais, muito, muito especiais. Mas, deve dizer agora, conforme já tinha

referido há pouco e como todos os senhores deputados são pessoas inteligentes, que todos já notaram, isto que a sua decisão já estava tomada há muito tempo, de que, ele não irá, nestas eleições ou noutras eleições ser candidato à Assembleia Municipal. Porque acha que, tudo tem o seu tempo na vida, e este seu tempo findou. Findou, porque foi uma reflexão muito solitária, mas que acha que tem que se dar lugar a outros. E quando há pouco dizia, abrindo aos jovens, também se deve referir os menos jovens, que pela sua valia ainda não tiveram oportunidade de vir para este órgão. Porque existe muita gente boa, com saber, em Lamego, que deveria também ter lugar neste órgão. Vai ainda mais longe, está em crer que com toda esta visibilidade, com o contributo de todos os deputados, abriu ainda mais o apetite de muita gente querer integrar as listas para Assembleia Municipal. E se isso acontecer, todos os senhores deputados devem estar gratos, por efetivamente, terem contribuído ativamente, para esse desejo. Portanto, aqui e hoje não veio fazer qualquer tipo de reivindicação, mas tem que deixar aqui uma homenagem, a que tudo o que foi feito em sede de Assembleia Municipal, teve uma cooperação institucional de proximidade com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, também com os respetivos vereadores. E tem ainda que sublinhar que tudo o que foi pedido pelo Presidente da Assembleia Municipal, seja para tudo, era sempre na hora, pode dizer que era na hora que tudo era, não que era aprovado, era tudo em comunhão. Era tudo em comunhão que era feito. E portanto, tem que sublinhar esta cooperação institucional com a Câmara Municipal. Ele vê isso, vê isso não como qualquer tipo de casamento, mas como um contributo, também, entre órgãos, mesmo separados autonomamente. Dirigindo-se aos senhores deputados e aos lamecenses disse que, sabendo que está de saída, mas só em outubro, entenda-se, quer apenas dizer, bom vai-se aposentar da política? Ninguém se aposenta da política, nem que assista de balcão ao que se está a passar. Qualquer cidadão, sem qualquer funcionalidade orgânica política tem o direito de fazer qualquer tipo de intervenção, a que título for. Mesmo que seja ou de balcão, frisa ou camarote. Pode mudar de ares, mas não muda o ar da sua liberdade.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

2.1- **ASSUNTO:** APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Interveio o senhor deputado **Jorge Guedes Osório Augusto**, aproveitando para corrigir um lapso cometido aquando na sua intervenção o qual se refere à publicação da Revista da Assembleia Municipal, que foi distribuída. Considera que foi uma boa ideia, foi uma interessante inovação, notando se qualidade nesta edição na qual se revê .

Dirigindo se ao senhor Presidente da Câmara salienta que na informação do senhor Presidente da Câmara constam uma série de processos de contencioso em tribunal, considerando excessivo este número , e até que ponto não seria possível abrandar eta

litigância . Salientou um processo referente à Lameurbe, lembrando que desde o Executivo anterior existe um parecer jurídico inacabado, o qual se terminado, como já várias vezes o tem referido, certamente que eliminava este contencioso, por quanto é sua opinião que face à Lei 50/2012 a participação do Município nesta empresa é ilegal. Pergunta ainda ao senhor Presidente da Câmara, se é possível explicar o porquê de estarem na informação 8 ( oito ) referências a processos de inquéritos, mas no entanto sem se saber a quem dizem respeito, ao contrário dos restantes processos.

Usou da palavra o senhor deputado **Manuel Monteiro Afonso** para dizer que, começa por lamentar o lapso, que é imperdoável, efetivamente, no período antes da ordem do dia, não ter referenciado a iniciativa da Mesa da Assembleia e do senhor Presidente da Assembleia, que foi homologada e seguida pela Comissão Permanente, relativamente à Revista da Assembleia Municipal. Acha que ela está subalimemente conseguida, e é uma forma como o senhor Presidente da Assembleia referenciou, tornado público o trabalho desta Assembleia Municipal, foi uma excelente iniciativa.

Relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara, constatar, com regozijo, tomar em devida nota, a sua referencia, relativamente às ordens de trabalho e mesmo na última sessão, aqui da Assembleia, e que e porque as ordens de trabalho não vinham juntas, mas desta vez vieram,. o que mostra que o senhor Presidente da Câmara esteve com atenção e que tomou em devida consideração aquilo que na altura ele lhe chamou a atenção. Disse que gostaria, logo à primeira informação, que a reunião da Associação Nacional de Municípios, se o senhor Presidente da Câmara pudesse explicitar melhor é o que aqui referencia no ponto, que é a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão – Concessões Municipais, este foi um dos assuntos tratados na Associação Nacional de Municípios, saber concretamente a Lamego o que é que isto tem. Depois à outra informação sobre à CIM Douro, também que explicitasse, também relativamente ao mesmo ponto 3 da Cim Douro, que tem a ver com a concessão de serviço público de transportes de passageiros no Douro, há procedimento concursal, se isto é também extensivo a toda a região do Douro. E também ao ultimo ponto, que tem a ver com as atividades culturais de Verão, portanto também houve uma posição comum, uma posição concertada, parece-lhe para todas estas atividades culturais de Verão. É uma forma de concretizar para que os deputados, também, tenham esse conhecimento.

Depois é evidente e saudar a realização deste evento, que foi um momento cultural diferenciador para a Cidade, que foi o Cidade Poema, a esta é devido o reconhecimento para o Executivo, estendido ao Pelouro da Cultura, também aos intervenientes que, efetivamente, foram de elevada qualidade, pois seguiu algumas através do zoom, Nuno Roseiro foi uma personalidade com um conhecimento, gente que se vê na televisão. Mas também os lamecenses que aqui estiveram, o Professor António Martins, Dr. André Freire, Dra. Manuela Vaquero, e o Dr. Rui Rodrigues, e todos eles estão de parabéns, bem como o respetivo pelouro.

De saudar, também, este protocolo que dá conhecimento, relativamente aos Cracks Clube de Lamego, para a cedência do campo de futebol que está na Escola Secundária Latino Coelho.

Depois uma última situação que lhe solicita, tem a ver com o seguinte, era Presidente da Delegação da Ordem de Advogados de Lamego e esteve com o senhor Presidente da Câmara, na altura, por forma a solicitar-lhe com a senhora Dra. Juíza Presidente da Comarca de Viseu, que fizesse algumas obras de adaptação das Instalações do Tribunal, aqui de Lamego, por forma, onde estavam os antigos notários, passarem a estar lá um juízo de família como hoje está. E houve uma pequena intervenção também, na transformação de uma pequena sala, que seria para escriturários, ampla, deitando uma parede abaixo, para fazer uma outra sala que poderia ser para pequenas audiências, tudo com pouca assistência. Agora vê que o senhor Presidente da Câmara tem um protocolo e diz isto, porque entretanto, teve conhecimento que poderia, eventualmente, ser ouvido pela polícia judiciária, precisamente por causa destas obras, da Câmara estar a fazer estas obras, numa instalação que é do poder central, que do Estado. E aqui o senhor Presidente da Câmara refere um protocolo com a Administração Geral da Justiça, também, precisamente, no âmbito da manutenção e preservação daquelas instalações. Se o senhor Presidente pode explicitar em que consiste, em concreto este protocolo, designadamente se está prevista para breve alguma intervenção.

Usou da palavra o senhor deputado **Manuel António Rebelo Ferreira**, para dizer que, relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara, quer assinalar aqui alguns aspectos que pensa ser importantes. Primeiro relevar, assinalar, destacar, já o tem feito noutras sessões, noutras intervenções, mas nunca é demais, de alguma forma, aqui lembrar e lembrar que, apesar dos tempos difíceis, estes tempos que se tem tido de pandemia, que se tem vivido de uma forma com muito sacrifício, muitas limitações, muitos constrangimentos, muitas dificuldades, sem dúvida, a dinâmica que tem existido no Pelouro da Cultura, Desporto e Educação. Vê por este elenco as imensas actividades que nestas áreas tem acontecido, são várias, são diversas actividades que têm sido desenvolvidas nestes setores, um leque de actividade sem dúvida de inegável valor, como foi referido pelo senhor deputado Manuel Monteiro Afonso, muitas delas de grande valor, reconhecido mérito, de grande qualidade, a todos devem estar mais disponíveis, para assistir dentro daquilo que é óbvio, dos nossos interesses e do calendário de cada um.

Mas da informação do senhor Presidente gostaria de dar voz, sem dúvida, que é sempre importante a duas obras emblemáticas que estão no PEDU, e depois, por fim fazer-lhe uma questão. Por um lado destacar estas obras pelo valor acrescido que elas trazem, sem dúvida, para a mobilidade urbana da cidade e à segurança dos próprios automobilistas e aos peões, refere-se concretamente à passagem sobre o Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, que está referenciada nesta informação

e à Rua Visconde de Arneirós. A primeira por ser uma via, sem duvida, importante, que vai tentar retirar muitos automóveis da cidade, vai evitar que muitos automóveis e veículos pesados atravessem o Centro da Cidade. É obvio que não vai resolver o problema, que todos sabem, não vale a pena ser demagogo relativamente a isso e é isso que se pretende, não vai resolver todo o problema, mas permitirá, sem duvida, uma ligação mais rápida a quem pretende chegar de forma mais célere à A24, também de forma célere, para outros destinos a partir da Rotunda Dr. Fernando Amaral. Portanto, realçar esta intervenção, que tem como preocupação, também, não só o aspeto da rede viária, mas também a questão da sustentabilidade ambiental, na medida em que parece que vai existir, consta do projeto, intervenções nas áreas que estão destinadas em termos exteriores e adjacentes, que tem a ver com o enquadramento do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, onde se inclui o Escadório e o Parque adjacente.

A segunda tem a ver com as obras que, em princípio se vão iniciar com a requalificação da Rua Visconde de Arneirós, sem duvida, uma importante artéria desta cidade, cada vez mais, uma artéria determinante na circulação automóvel, que une esta rua 15 de Março com a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, um dos principais Estabelecimento do Ensino fundamental desta cidade e do Concelho, com grande afluência de pessoas, com grande afluência de automóveis, por isso é sem duvida muito importante realçar, uma intervenção fundamental, intervenção decisiva na acessibilidade, no escoamento do trânsito que se possa fazer, mas também, um reforço daquilo que, já há muito tempo que se tem andado com o coração na mão, que tem a ver com a segurança dos próprios alunos ou transeuntes que ali passam. Um imperativo para que esta obra fosse realizada, imperativo que se está a cumprir, é uma obra que vai ser realizada pelo Executivo, que o senhor Presidente da Câmara lidera, vai dar, com certeza outra amplitude àquela zona, vai valorizá-la, vai dar-lhe uma outra dignidade, uma via que leva a uma Escola de excelência, na área da hotelaria, e por isso gostava, para além das considerações que fez, saber se estes dois investimentos estão já mesmo em fase de arranque, perguntar para quando o inicio dessas obras, que são duas obras, realmente emblemáticas para todos, para a circulação automóvel da cidade e para a segurança de toda a população.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que vai subdividir a sua intervenção, uma primeira parte dando resposta às questões diretamente colocadas pelos senhores deputados ou até, mesmo, procedendo a algum comentário quanto às intervenções realizadas, obviamente com o devido respeito que, sempre, lhe mereceu, continua a merecer e merecerá este órgão. E depois uma nota de complemento na informação financeira, relativamente à actividade desenvolvida pelo Município nos últimos dois meses.

Associa-se às intervenções dos senhores deputados, nomeadamente ao voto de pesar pelo falecimento do José Emanuel da Fonseca Mesquita, neto do senhor Amândio do

Carmo da Fonseca, que desempenhou funções relevantes no Município de Lamego, ao longo de muitos anos, enquanto autarca, e ainda Presidente de uma Instituição de IPSS, fazendo e transmitindo voto de condolência sentidos e devidos neste momento muito especial a toda a família.

Associar-se às congratulações feitas aqui pelos senhores deputados, muito em particular ao Rotary Clube de Lamego, que como referiu na homenagem de celebração é de Ouro, é uma Instituição que completou cinquenta anos, completou as suas bodas de Ouro e de forma discreta, não obstante ser uma Associação de Profissionais, profissionais que premeiam o Mérito e a Excelência, tem um outro cunho, cunho de grande intervenção social de forma discreta em prol dos mais necessitados, desempenhando um papel, também complementar, que é o papel das instituições publicas. Parabéns ao Rotary, também por isso reafirma-o aqui, desta forma.

Quer dar uma ênfase muito particular à questão das intempéries, e frontalmente, lamentar o teor da moção aprovada, por unanimidade, nesta sessão. Que no fundo, no fundo se reduziu a apelar à vinda de quem de direito, ao terreno, para se inteirar das repercussões. Disse que muitos deputados, provavelmente, não teriam conhecimento, o senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, tem conhecimento real, que na hora, no dia seguinte, esteve presentes no território da freguesia, para além da senhora Diretora Regional da Agricultura Norte, os Técnicos do Ministério da Agricultura, procedendo ao levantamento da situação. O que ele aqui associaria de bom grado e entendia que esta Assembleia devia fazer, por unanimidade, era exigir ao Governo e às autoridades medidas preventivas, que conduzam a que estas situações tenham uma abordagem, com medidas que possam minorar os efeitos destas intempéries. Aquilo que o Presidente da Câmara anda a fazer à quatro anos, consecutivos. Esta é a quarta vez que o Município de Lamego e a região do Douro é assolada por intempéries, com consequências gravíssimas.. E não foram apenas na União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, não foram apenas nesses territórios, tão pouco foi apenas nesse dia. O Município de Lamego foi assolado por intempéries desde os dia 11 ao dia 17, uns com mãos consequências que outros, com consequências no centro urbano, no primeiro dia, com inúmeras inundações de habitações, espaços comerciais, de garagens, com inúmeros prejuízos para as famílias, com inúmeros prejuízos nas freguesias rurais, nomeadamente, Cambres, freguesia de Lamego, Várzea de Abrunhais, Britiande. No dia seguinte, infelizmente, foi a vez, também, da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, sentir, de forma drástica estes malefícios. De imediato e desde a primeira hora, como sempre fez nas três vezes anteriores, o Presidente da Câmara acompanhou em direto o que se estava a passar. Não precisava de lá ir fazer o bonequinho ao terreno, tirar as fotografias e dizer que estava lá para acompanhar. estava a acompanhar diretamente e diretamente com a senhora Directora Regional de

Agricultura, diretamente com a senhora Ministra da Agricultura, que por acaso até se encontrava no Douro. E portanto, aquilo que é do conhecimento dos senhores agricultores, foi do conhecimento direto e na hora de todas as Entidades. Aqui que se deve e continuar a exigir, foi isso que transmitiu na segunda-feira, numa reunião realizada no Salão Nobre do Município, onde estiveram presentes os senhores Presidentes de Juntas, que tiveram disponibilidade ou quiseram estar, onde estiveram a pedido e convidados para estarem, individualmente, onde estiveram as associações representativas, e onde estiveram diversos agricultores que também solicitaram a realização desta reunião na primeira hora. Isto são factos. Os apartes não contam. Isto é a realidade das coisas, E assim nessa reunião o que foi exigido, frontalmente, à senhor Diretora Regional da Agricultura a todo e o mais que garantiu e prestou, era o envolvimento na procura de soluções que, possam no futuro minorar os estragos. E algumas foram aqui referidas pelos senhores deputados. E nomeadamente de uma que não existia e que neste momento está em vigor, o apoio aos agricultores na colocação de redes de cobertura de granizo, que neste momento, são subsidiadas através de um processo ou procedimento simplificado em razão da área de território, sem procedimentos burocráticos. Essa foi uma resposta pronta deste Governo. É verdade aquilo que disse o senhor Presidente da Junta, aqui, sobre os apoios que não chegaram nas intempéries anteriores, é verdade, assume isso, e há que os exigir. Tem que se continuar a exigir. Agora precisa-se de ser sérios naquilo que se exige. Não tem que se vir referir que as reuniões são feitas nos gabinetes com os ares condicionados, não, os técnicos andaram lá no terreno, no meio da intempérie também. As intempéries continuaram nos dias seguintes.

E já agora dar conta aos senhores deputados, a propósito do desempenho do serviço municipal da proteção civil, que nessa sexta feira, dia 11 de junho, registaram 24 ocorrências, no sábado dia 12 de junho – 16 ocorrências, 5 na segunda-feira, 16 na terça feira, dia 15 de junho, 9 na quarta feira dia 16 de junho, 7 na quinta feira, dia 16 de junho, total 77 ocorrências. Que só no dia 11 de junho, foram atendidas 116 chamadas telefónicas, que no dia 12 de junho foram atendidas 42 chamadas telefónicas, registando-se no primeiro dia 14 chamadas que, de facto, não foram atendidas e no segundo dia, dia 12 de junho, registaram-se 12 chamadas que não foram atendidas. Portanto, precisa-se de ser justo nas avaliações que se fazem. O serviço Municipal de proteção civil, neste momento, está dotado de meios, porque houve uma aposta prioritária nessa área, com recursos humanos, mas que, obviamente, não podem nem nunca serão suficientes para ocorrer a situações de intempérie de exceção.

Portanto sobre isto, quer aqui garantir a toda a Assembleia Municipal, quer garantir aos lamecenses que o terão, sempre, na primeira linha de reivindicação das melhores condições para os agricultores. A questão das redes de cobertura de granizo, está neste momento garantida, foi assumido reforço de verba, caso tal venha a ser

necessário, com uma cobertura substancial em termos de apoio com procedimento simplificado da candidatura. Foi reivindicado e essa é uma luta que todos têm de continuar a travar de reestruturar os seguros agrícolas. Que se, efetivamente, para as zonas dos pomares, dito desta maneira, de alguma maneira vai cobrindo alguns prejuízos, na área vitivinícola essa cobertura é praticamente zero. As estruturas, o Ministério da Agricultura tem consciência disso. Não obstante, anualmente a Administração Central me ter milhões de euros nos seguros agrícolas, que em função da estrutura tal como ela está, fica nos escalões intermédios e não chega aos agricultores. Há que exigir que seja ao contrário, há que exigir um seguro efetivo de cobertura, mas para isso também se precisa de motivar e apelar aos agricultores no sentido de os celebrar. Sé, só, com a celebração de seguros, por parte de todos, muito à semelhança, passe-se esta comparação, pensa que é facilmente entendível, na viatura automóvel todos são obrigados a ter o seguro, para que? Para quando haja sinistros de terceiros, os terceiros estejam, devidamente, protegidos, o que é que se pretende é motivar todos os agricultores, para que todos tiveram os seguros ativos, os prémios, necessariamente serão mais baixos, serão muito mais acessíveis, e dotados de medidas capazes, de fazer essa compensação. Essa é que a luta que lhe tem sido transmitida e uma das soluções que lhe tem sido transmitida pelas Associações dos Agricultores e que continua a lutar. A par disso reivindica-se outro tipo de apoios, conscientemente sabe-se que são difíceis de se traduzirem na prática, nomeadamente redução das quotizações sociais, pagamentos de apoio de subsídios a fundo perdido, obviamente que todos têm que ter consciência que os apoios dados hoje são impostos pagos por todos amanhã. O dinheiro não cai do céu, como diz para aí um cartaz, com o qual concorda, absolutamente. Mesmo o dinheiro que vem da Europa, sai, diretamente dos bolsos de todos. E, portanto, reivindicar apoios, como se o dinheiro saísse do totoloto ou do Euro milhões, sem que tive qualquer outra contrapartida e mesmos estes também tem aquilo que é entregue ao vencedor, foi os valores que foram lá metidos por todos os apostadores, e portanto, o dinheiro não cai do céu.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da União de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem e aos senhores deputados, disse-lhes que estará sempre ao seu lado, quer dizer isto muito claramente, dos agricultores, na reivindicação e na procura de soluções em prol da melhoria das condições dos agricultores. Como este alias também, a própria Cim Douro, por unanimidade, todos os seus Presidentes de Câmara. Esta é, de facto, uma matéria extremamente importante, portanto merecer da Câmara um maior acompanhamento.

Dirigindo-se ao senhor deputado Jorge Guedes Osório Augusto agradeceu-lhes as felicitações, registou, efetivamente, a sua sugestão, tinha, inclusivamente já dado indicações, ele próprio, passando ali, verifica que, não obstante a obra estar, neste momento a aguardar a conclusão do muro de suporte desabou e que não integra esta

obra, junto aos chamados “Edifícios Prédios Verdes”, a obra estará em condições de estar finalizada, pois caberá ao Município assumir essa limpeza.

Agradecer também as referencias feitas pelos senhores deputados relativamente aos eventos realizados.

O senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro colocou aqui várias questões, dando os parabéns o desempenho do Agrupamento das Escolas da Sé, pelo ranking obtido, deveria também ter feito referencia, no fundo, a todas as instituições de ensino do Município, porque, obviamente, cada uma, com as suas condições, com as suas características, consegue contribuir para melhor formação, para melhor educação, na formação de jovens, de modo geral e nas diferentes instituições se têm vindo a destacar. Apenas a titulo de exemplo a Escola de Hotelaria e Turismo viu reconhecido, em termos nacionais o desempenho de um seu aluno.

Portanto seriam inúmeros os destaques aqui a realizar de lamecenses que, desde a mais tenra idade até à idade adulta se têm destacado, quer em termos locais, regionais ou nacionais e até mesmo internacionais. Portanto, a todos eles o seu reconhecimento.

Investimento no turismo, foi a questão colocada, pois o senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro deu aqui testemunho de investimentos nessa área, feitos de forma estratégica, quando no domínio do moto turismo nacional, Lamego está no centro e tem um destaque num percurso que vai de Chaves a Faro, Lamego teve um destaque especial, isto resultou de investimento estratégico local nesta acção. Quando em Lamego termina o 1.º Grande Premio de Ciclismo Internacional do Douro, como patrocínio da Entidade de grande dimensão, como os meios de comunicação que a apoiaram e a estrutura que apoiou este grande prémio, o Município está a investir no turismo, de uma forma estruturada.

Quando se iniciou o percurso do Douro Winne Festival, está-se a investir de forma estratégica no Turismo. Quando pela 4.ª Edição celebra-se Lamego Cidade Poema, com a presença de autores e académico de âmbito internacional, aqui nesta casa. Teatro Ribeiro Conceição, está-se a investir em Lamego, de uma forma estruturada. E portanto, ele sabe que o senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro também fez este reconhecimento, é apenas este sublinhado que quer deixar. Continuará nesta senda. De facto e disse muito bem, o senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro, que no ano passado, em 2020, fez-se um esforço, conseguiu-se oferecer a quem visitou esta cidade, condições de segurança, teve-se instituições e agentes económicos a Intervir na área do turismo, que respeitando as regras sanitárias permitiram que esse período de tempo registasse elevado número de visitantes, sem registo de problemas de ordem pandémica e sanitária. Também este contributo de todos os operadores turísticos, de todos os agentes económicos que operam na área, foi absolutamente, essencial. Fica aqui o apelo, para que 2021 se possa ter um percurso semelhante. Sendo que também já fica aqui assumido de uma forma clara,

que continuará a assumir o risco de procurar um melhor equilíbrio, entre aquilo que é por lado a prevenção sanitária e que continua-se a impor. Lembra aqui a recomendação da Direção Geral de Saúde, retomada pela ARS Norte, de se evitarem aglomerações de pessoas na Região Norte, nomeadamente nos jantares, nos eventos, e portanto tem que se redobrar aqui os cuidados, e tem que se redobrar as exigências de prevenção, mas não se pode fechar a porta. Há que ter a atividade económica viva, tanto quanto possível. E portanto, assume aqui, enquanto Executivo este risco, no qual também foi acompanhado por todo o Executivo. De, por um lado implementar-se todas as medidas preventivas necessárias e são conhecidas de todos, mas nunca é demais dizer, o afastamento social é essencial, a higienização e a necessidade da manutenção do uso da máscara. Independentemente de e regista com agrado, no Município estar ultrapassado o número das quinze mil pessoas vacinadas, muitos dos, quais, já, ou apenas com uma dose, uma inoculação ou com as duas inoculações já tomadas.

Portanto, disse que irá continuar nesta senda e já agora, porque veio a propósito de uma questão que foi colocada pelo senhor deputado Manuel Monteiro Afonso, responder-lhe, no que diz respeito à posição comum da Comunidade Intermunicipal, do Douro, vai também com esta preocupação. Viabilizar eventos culturais, sociais, que, legalmente, sejam primitivos, sabe-se que Festas e Romarias estão proibidas no quadro legal, realização de eventos, respeitando todas as normas sanitárias, tenham sempre a preocupação de não contribuir para os agentes e aglomerados de pessoas. Portanto ao nível do Douro a posição de todas os 19 Municípios foi esta. A esta que Lamego defende e continuará a trilhar.

No que concerne ao investimento nas freguesias, o senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro vai dar mais uma oportunidade para brilhar, muito obrigado por ela. De facto, neste mandato, neste mandato, e obrigado e reconhecimento mais uma vez, a todos os senhores Presidentes de Juntas, conseguiu-se concretizar o processo definitivo da transferência de competências. Julga não dizer nenhuma asneira, mas se houver aí alguma falha, prontamente irá reparar, recorrendo aos serviços. Disse que todas as Juntas de Freguesia no mês de junho, recebem, diretamente, os valores acordados, com aumento de mais de 70%, num total de seiscentos e setenta mil euros, recebem diretamente do orçamento Geral do Estado. lembra aos senhores deputados que quando tomou posse as Juntas de Freguesias recebiam do Município, por esmola, quatrocentos e cinco mil euros. Se isto não é investir nas freguesias, então não-de explicar-lhe com meios e com que recursos conseguiriam fazer mais e melhor. Há a crescer uma factura que paga desde o dia 24 de outubro, de uma forma simbólica, que é manter as freguesias, tal como estavam o tecido urbano, iluminado durante toda a noite. Ainda assim, ele aceita, tem que aceitar a crítica no que diz respeito às insuficiências que ainda é necessário suprir, nomeadamente na rede viária, fruto do abandono de doze anos de gestão da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”.

Relativamente à energia eléctrica, a Associação Nacional de Municípios, pois a concessões de energia eléctricas, que agora estão a ser negociadas, via comunidade intermunicipal do Douro, é assim que está a ocorrer, assim como a questão dos transportes, no que diz respeito às carreiras intermunicipais, que são aquelas dentro de cada município, no caso de Lamego, Lamego assumiu-se enquanto autoridade municipal de transportes. E portanto, aquilo que se procura e se defendeu na em sede de Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, onde Lamego tem marcado, sempre, presença, foi no sentido de se conseguir encontrar um enquadramento legal, que se está a exigir enquanto Associação Nacional de Municípios ao Governo. Havendo neste momento disponibilidade para que tal aconteça, de se conseguir um enquadramento legal, para que o custo de energia, seja igual do Norte a Sul do País. E não admitindo que, neste momento, o custo da energia mais densamente povoadas seja muito inferior às que são pouco povoadas, como é o caso do Município de Lamego e dos Municípios do Douro. E portanto, é este o trabalho que se tem vindo a exigir.

Pergunta pontual, colocada pelo senhor deputado Jorge Guedes Osório Augusto, processos judiciais estão, efetivamente, devidamente elencados, processo Lameurbe, ainda não está encerrado, mas, obviamente, está em cima da mesa. O Município de Lamego assumiu a sua quota-parte nos prejuízos, no sentido de não se ver prejudicado nos prejuízos acumulados, é uma questão que tem suscitado discussão ao nível dos órgãos competentes, Câmara e Assembleia Municipal, e tem que se responder com toda a rapidez. Infelizmente, o número de inquéritos judiciais da ordem penal não para de crescer. Fruto de varas decisões erráticas, fruto, agora também e há que assumir sem qualquer tibieza, de denúncias anónimas sobre tudo e sobre nada. Parece que há uma preocupação de alguns querem-se ser acompanhado por outros, cuja prática é de decência, transparência, de honestidade. Mas, de facto, neste momento, regista-se um elevado número de processos de inquérito, e sobre esses não se pode pronunciar de todo. Pode dizer, como já disse na última sessão da Assembleia Municipal, que o Município constituir-se-á como assistente, isto acompanhando o processo, através de mandatário judicial, em todos aqueles, onde o interesse público foi posto em causa.

Deixou ainda uma palavra, primeiro para reconhecer e agradecer as suas palavras aqui dadas, à Assembleia enquanto deputado municipal, acompanhá-lo no que diz respeito ao seu entendimento do papel e da função da Assembleia Municipal, como é do conhecimento dos senhores deputados, perdoem-lhe a expressão, ele ganha por quatro anos, soma vinte anos na Assembleia Municipal, foi um órgão que sempre respeitou, e entende como órgão garante do Município. Nunca, nunca, em medida alguma se subtraiu à fiscalização e ao controle da Assembleia Municipal, sempre entendeu que essas estratégias redundam, sempre, em prejuízo do Município, como aconteceu, infelizmente, ao longo de doze anos, no Município de Lamego. E portanto,

essas engenharias, procurando subtrair investimento público e realização de obra pública, procurando subtrair ao controlo da legalidade, nomeadamente, ao controlo da Assembleia Municipal, órgão máximo do poder local, não faz parte dos seus princípios. Portanto o seu agradecimento e reconhecimento por essa leitura, obviamente, que da parte do Município, não tinha a Assembleia Municipal, muito menos o seu Presidente que a agradecer a colaboração, essa é uma colaboração devida e exigida, tendo em conta o papel, que aqui despenham. Portanto, têm um entendimento de política, é a actividade nobre de que, com recursos escassos satisfazer necessidade públicas, colocando em primeiro lugar e só e sempre em primeiro lugar aquilo que são os interesses Municipais.

Deu ainda conta, para relerem a informação prestada, mas dar conta que para além da informação prestada no que diz respeito às actividades realizadas, há também uma componente financeira. E como podem verificar nesta informação financeira, analisando despesa a despesa, o Município, salvo exceções, que na totalidade não somam vinte mil euros, tem todos, toda a sua despesa paga a menos de trinta dias. Honra ter contas certas e pagas na hora. Continua-se também, poderão vê-lo no caminho da diminuição, da dívida municipal, seja ela qual for o montante, neste momento a garantia que se encontra abaixo do limite legal admissível, em mais de quatro milhões de euros. E que a vinte e três de outubro, este valor excedia em uma vez e meia aquilo que, legalmente, era permitido. E só esta situação de contas certas, de dívida dentro do limite legal, permite que as instituições financeiras e que, superiormente, tutelam a actividade municipal, nomeadamente o Tribunal de Contas, tenham aprovado, obviamente as deliberações tomadas aqui, por unanimidade. Obviamente, que continuará nesta senda, das contas certas, com uma postura, de absoluta honestidade e transparência, defendendo e só os interesses de Lamego e dos lamecenses.

Interveio o senhor deputado **Carlos Manuel Almeida Loureiro** para dizer ao senhor Presidente da Câmara que está na hora de começar a mudar o discurso. Porque a coligação “Todos Juntos Por Lamego” esteve doze anos à frente dos destinos de Lamego, do qual muito se orgulha e os lamecenses também. Foram doze anos, três vitórias de maioria absoluta, quer dizer que os lamecenses estiveram contentes com o trabalho da Coligação. Disse que ficou preocupado com a sua intervenção, com a sua alteração de voz, de feição, quando falou em muitas denúncias. Não pode haver denúncias? Está incomodado com o quê?. Tem algum receio? Pensa que não. Por isso não se incomode com as denúncias. Tem que responder quando for chamado a responder, e acha até que, cada cidadão, cada um de nós, se achar que as coisas não estão de acordo que nós achamos, depois, obviamente, haverá a defesa, acha que se tem esse direito. Tal como há doze anos, já passaram quatro anos e ainda ninguém foi detido, acha que os doze anos da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” foram de total transparência, por isso, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, sabe-se,

ele pessoalmente, sabe aquilo que se passou, nos seus debates, sabe que há um fantasma, mas agora têm que levar com ele.

Usou da palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem**, sem querer, evidentemente, entrar em controvérsia com o que o senhor Presidente da Câmara disse, mas deve dizer à Assembleia Municipal, sai daqui ainda mais magoado. Porquê? Porque se bem entendeu o senhor Presidente da Câmara, foram técnicos do Ministério da Agricultura, à sua freguesia, o Presidente da Junta não teve conhecimento. Portanto, borrifaram-se para o Presidente da Junta, assim e por isto não se há-de sentir magoado?

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim**, para dizer que, realmente, e desde que teve um problema de saúde, paralisia facial, nunca mais fez aqui nenhuma intervenção, porque tinha medo, porque a sua parte esquerda ainda está um bocadinho paralisada, que as palavras pudesse fugir. Ma hoje teve que vir ao ambão, para repor uma verdade, o senhor Presidente da Câmara vai-lhe permitir, pois faz disso bandeira, mas erradamente. Pois se o senhor Presidente da Câmara faz de bandeira o processo das transferências para as Junta de Freguesia, pegou na bandeira do lado errado. Foram 11 Presidentes de Juntas se juntaram e lutaram pelo que têm hoje. Porque se não fossem esses 11 Presidentes de Juntas, estas não teriam essas verbas. E que ninguém tenha dúvidas disso, e os Presidentes de Juntas que ficaram calados, quietos no seu cantinho, foram beneficiados por essa luta, foram 11 Presidentes de Juntas que começaram uma luta e em sede de reunião com o senhor Presidente da Câmara teve ali a discutir ao cêntimo. Claro o senhor Presidente não queria dar tanto, os 11 Presidentes de Juntas queriam mais, houve cedências de parte a parte, houve, mas há mérito dos 11 Presidentes de Juntas, por isso o senhor Presidente da Câmara não deve ficar só com os louros para sí, porque os 11 Presidente das Junta contribuíram e muito. Foram eles que se juntaram, que lutaram e hoje têm o que têm, com mais de um ano de atraso, também por culpa do senhor Presidente da Câmara, porque foi aprovado nesta Assembleia e o senhor Presidente não deu continuidade ao processo como devia ter dado na altura, pois foram os 11 Presidentes de Juntas que tomaram a rédea do processo e foram eles que o concluíram, claro que com a intervenção o senhor Presidente da Câmara, obviamente que sim. Mas não ficará muito mal o senhor Presidente da Câmara de distribuir os elogios pelos 11 Presidentes de Juntas.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que vai aceitar a sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, e vai mudar o discurso.

Assim lembrar que na sua intervenção, referiu, expressamente, o processo de transferência de competências foi feito em colaboração entre a Câmara Municipal e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, todos sem excepção. Lembrar ao senhor Presidente da Junta que o Presidente da Câmara, sempre tratou, exatamente por igual todos os senhores Presidentes de Juntas. Sempre e sempre respeitou o

papel e a função de cada um. Quando se desloca oficialmente ao território de cada uma das Juntas de Freguesia, a primeira preocupação é informar da presença no território da Freguesia, da presença do Presidente da Câmara. E no que diz respeito às intempéries, obviamente que o senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, foi também convidado a estar presente na reunião.

Ainda mais uma reposição de verdade, as verdades não dependem do numero de vezes que se vai dizendo ou afirmando uma mentira. Em 2020 os senhores Presidentes de Juntas receberam, no seu todo, os mesmos valores que recebem em 2021, o processo administrativo não estava concluído, foi concluído agora, no mês de maio. Mas em termos de transferência financeira, há juntas que têm sido transferidas valores, por via dos acordos de delegação de competências nos anos de 2020, 2021, há que ser verdadeiro., há ser justo.

Disse ao senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro, que não há aqui fantasmas, nem há elefantes, há três anos e meio, com uma interrupção, de quase dois, por força da pandemia, como bem se recordam desde março de 2020, há investimento e obra feita. Assim vai enumera-la, para lembrar e mudar de discurso. Saneamento da Penajóia em fase final, reivindicação com quase quarenta anos de democracia; Circuito Pedonal em fase final, com conclusão do muro que as intempéries derrubaram, junto aos Prédios Verdes; Largo dos Bancos em fase de conclusão; Bairro de Alvorações em fase de conclusão; Torre dos Figos e Casa do Horto em bom andamento; Centro Cívico em excelente andamento; Parque Urbano e respetivo circuito pedonal em execução; Mártir de São Sebastião em Medelo, em execução, a bom ritmo; Passagem Desnivelado do Escadório da Senhora dos Remédios, obra reivindicada, há quase trinta anos, entregue ao empreiteiro, iniciada; Requalificação da EN 2, na parte em que atravessa o Escadório da Senhora dos Remédios adjudicado e a iniciar; consignação efetuada e a iniciar da Requalificação da Rua Visconde de Arneirós; isto é obra feita. O discurso, o mesmo discurso era aquele de 2016, quando tendo os doze milhões de euros disponíveis, nada fizeram até 23 de outubro de 2017. Este é que é o mesmo discurso. E por uma razão simples, a que isto não podia ser verdade, se não se tivesse feito aquilo que há pouco disse, no início, se não se tivesse contas certas e se não se tivesse, por parte do Tribunal de Contas, nomeadamente do Banco Europeu de Investimentos a percepção que Lamego é agora, uma Entidade de Bem, uma Entidade de Honra. E portanto, é isto que dói ouvir, é isto que dói ouvir, mas é isto que é a realidade. Mas não se fica por aqui, teve-se uma visão estratégica para a cidade de Lamego, e projectaram, projectaram para realizar, de uma forma exequível. Centro de Saúde de Lamego – quatro milhões de euros; valor financeiro assegurado em novembro de 2020 – candidatura formalizada em abril de 2021, não andou ano e meio para não fazer nada. Repte – candidatura financeira aprovada em novembro de 2020, candidatura formalizada, submetida, projeto realizado e submetido. Colaboração, pois é justo fazê-

lo da ARS Norte, não obstante, o percurso aqui feito pelo senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira, mas obra para realizar. Requalificação turística do Bairro da Ponte, projeto com dezenas de anos, neste momento em fase de adjudicação, a primeira parte da execução do Parque de Lazer. Isto é fazer, isto não é anunciar. A prática é anunciar depois da sua concretização. Mas isto não chega, não basta por aqui, faz-se a afirmação política de Lamego e do Douro, em todos os órgãos institucionais. Não anda a passear pelo mundo, e raramente aparece em Lamego. Está aqui, diariamente a fazer o seu trabalho, de quando em vez, quando é pertinente, está onde tem que estar afirmando Lamego. Mas não só aqui, também na gestão corrente, foi feita há pouco essa referência, com a Justiça, é verdade, está assumir aquilo que é obrigação da Administração Central. Ele disse-o olhos nos olhos, à senhora Directora Geral, que até uma pessoa do Douro, aqui de um Município bem próximo, Resende. E disse-lhe que o Município de Lamego está a substituir-se ao Governo, assumindo encargos que são do Governo, mas que já o vem assumir há anos, não foi opção deste mandato. O que aqui se fez, foi ter um, foi ter instrumento jurídico, que justifique a despesa que o Município tem vindo a realizar nas instituições da justiça, com as quais orgulha, mantendo uma postura de reivindicação de contrapartida, nomeadamente, no aumento dos serviços de justiça, nomeadamente na questão de realização de diligências de maior proximidade. Mas não é tudo, afirmação de estratégia, de Lamego, passa pela afirmação dos eventos de ordem cultural, desportiva e recreativa, que já aqui foram elencados. E passa, também, por uma afirmação que foi aprovada, por unanimidade na Câmara Municipal, portanto, com o contributo de todos os senhores Vereadores, e muito em particular, e faz aqui também, do senhor Vereador Fernando Ribeiro, Técnico Superior da Direção Regional de Cultura do Norte, prestando-lhe, sempre, todo o apoio que necessitou, esclarecimentos que necessitou, essencialmente do ponto de vista técnico, fazer a afirmação política, daquilo que Lamego já reivindicava à décadas. Informou que a partir da próxima semana, com a assinatura do protocolo, já aprovado na Direção Geral de Cultura do Norte, e já aprovado em sede de Câmara Municipal, Lamego vai ter uma extensão da Direção de Cultura do Norte, aqui, um serviço que se encontrava em Viseu, que vai ser acolhido na cidade de Lamego, tornando esta afirmação mais notória na área da cultura, será instalada no espaço do Núcleo Arqueológico. E portanto, em muitos anos, é a primeira vez, ainda que seja só uma extensão, e este só, obviamente, está à dimensão da nossa exigência e reivindicação, quer muito mais, mas é um primeiro passo da afirmação da estratégia política de afirmação de Lamego. , procurando, sempre, responder às necessidades. Também na área da habitação está-se neste momento já a preparar respostas prontas, tendo aprovada a estratégia local de habitação, e portanto, muito em breve, na próxima sessão da Assembleia dará conta de trabalho feito, não de trabalho a fazer, dará conta de trabalho feito. Sempre

com contas certas, com pagamentos em dia, e sempre com o controlo das finanças publicas.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação a suspensão dos trabalhos para almoço e que os mesmos serão retomados às catorze horas, em ponto, desde que haja quórum.

**Deliberação** A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara.

2.2. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO REFERENTE AO PAVILHÃO MULTIUSOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 51.º, Nº 3 DA LEI 73/2013, DE SETEMBRO, ATÉ AO VALOR DE 13.036.455, 46€.

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo o seguinte:

Considerando a análise formulada pelo Júri e no presente relatório, propõe que seja contratado o empréstimo até 13.036.455,46€ junto da instituição a seguir indicada e pelo valor indicado consignado à liquidação antecipada do empréstimo Multiusos ao abrigo do art.º 51.º, n.º 3 do RFALEI:

Quadro V- Proposta de Adjudicação	
Entidade	Proposta de adjudicação
CGD	Até 13.036.455,46 €

Mais propõe que o presente relatório e as propostas recebidas, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada do empréstimo Multiusos, nos termos do artigo 51.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 13.036.455,46 € junto da CGD.

Deverá igualmente ser promovida a audiência dos interessados, para efeitos do disposto no artigo 120.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro.

Usou da palavra o senhor deputado **Jorge Guedes Osório Augusto** para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se houve alguma evolução, por parte do Tribunal de Contas, quanto à avaliação do processo de Internalização da Lamego Renova, SA no Município, o qual terá sido enviado para aquele Tribunal na devida altura.

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel António Rebelo Ferreira**, para dizer que, relativamente a esta questão, pensa que uma questão extremamente pertinente e importante, não podendo deixar de fazer algumas considerações que considera essenciais. E por isso quer, desde logo, associar-se àquilo que considera as palavras lúcidas do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, Vereador ilustre leito pelo PSD, na sua declaração de voto, que tão bem retrata a gestão de um dossiê, extremamente sensível, complexo, e que tanto lesou o Município de Lamego, comprometeu, sem dúvida, o espaço de manobra do presente e do futuro do Executivo da Câmara Municipal, como foi a construção do Pavilhão Multiusos. Como sabem, esta desde o início da génese também, desta questão, quando foi vereador, e muito inquietou esta questão, não só da construção como, depois da realização de o empréstimo e do seu pagamento.

Quer dividir esta intervenção em dois momentos. Primeiro destacar o mérito da proposta e da negociação que foi executada pelo Município, porque se vai aprovar uma proposta que se enquadra naquilo que sempre o Executivo fez, uma despesa, que desde a primeira hora, fazer, exatamente, um empréstimo por uma política de maior racionalidade, uma política de maior equilíbrio dos recursos financeiros do Município, isso sem dúvida é de louvar. Como também, muito bem, o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, vereador do PSD refere na sua declaração de voto, que o Executivo propõe a substituição de um empréstimo bancário, por um outro empréstimo bancário, que tem melhores condições. E portanto o executivo aqui a zelar, sem dúvida, pelas boas contas do Município, e uma preocupação com a situação de saúde financeira deste Município. Procurar robustecer o aspeto económico e aspecto estrutural com que a Câmara se encontra a nível das finanças públicas, a realizar um trabalho, no sentido da convergência das contas, no sentido da sua sustentabilidade. Em suma, pode-se, exatamente afirmar que é notório este esforço grande, por parte do Executivo, já desde o seu início, com opções em tomar medidas como esta que se está aqui hoje a analisar, a escolher caminhos no sentido de um maior equilíbrio orçamental. Contudo, este é um trabalho que não é fácil, é um trabalho que leva tempo, exige muita determinação, e sobretudo, continuidade nos propósitos que se vão tendo nos objetivos e por isso não se pode, de alguma forma, deixar, de que possa voltar outra vez para trás. Não se pode voltar para trás, no passado não foi sempre assim, esta é sem dúvida, uma opção de prática gestionária que parece muito rigorosa, que não circunstancial, não é pontual, não está aqui aparecer por acaso, pelo contrário. E por isso, de alguma forma tem-se aqui a possibilidade de ter em consideração algumas posturas, se há dúvidas, se o critério, se há situações ilegais, encontra-se aqui o mérito desta proposta de empréstimo. Quanto mais não seja para aclarar, clarificar, isso é muito importante, aquilo que sempre foi a nossa convicção, e a sua também, enquanto Vereador na Oposição, que este empréstimo tem uma origem muito duvidosa, uma origem, eventualmente, até

ilegal, que não foi submetido como é nosso entendimento ao visto do Tribunal de Contas., que era, sem dúvida muito importante. E aqui quanto a esta matéria, o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues do PSD, mais uma vez, acaba por estar bem, estar muito bem, novamente na sua análise, admitindo também, que esta génese, foi, sem dúvida, ilegal, do empréstimo, por não ter tido o visto do Tribunal de Contas. Aliás subscreve, na íntegra, as suas sensatas e reflectidas palavras, quando ele, exactamente, diz e quando afirma que o processo de internalização, sem o visto do Tribunal de Contas, transformou a dívida privada em dívida pública e aumentou de forma ilegal a dívida do Município, para limites proibidos por Lei e cita. Tem-se aqui, sem dúvida, está-se aqui, sem dúvida, perante, opções políticas que no passado deixam muito a desejar, diria mesmo erradas, muito lesivas do interesse público, sempre disse isso, e que foram suportadas nos mandatos anteriores. E o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues ajuda, exactamente, desta compreensão, mais uma vez, especificando e dizendo palavras que são também as nossas, palavras que lembram e que permite que não se possa cair, novamente, em muitos aventureirismos, Há que ter cuidado com esta situação, não branqueia, não valida, o senhor Vereador diz muito bem, exactamente a engenharia financeira que foi montada para a construção do Pavilhão Multiusos, que não obteve mais uma vez o Visto do Tribunal de Contas, sempre insiste nesta situação, por ela lhe parece ilegal. Uma engenharia financeira que foi muito lesiva do interesse público. Também não valida nem branqueia internalização da Lamego Renova, também o Partido Socialista este contra, exactamente, nessa situação, contas do Município, também sem visto prévio do Tribunal de Contas. Mas quando esta dívida passou do domínio da esfera privada para o domínio da esfera pública, ela foi feita, sem dúvida, as regras elementares fundamentais de legalidade, numa governação municipal que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues caracteriza muito bem e responsável, lesiva do interesse público. Diz mesmo outra vez, volta a repetir, ao arpejo das mais elementares regras, numa governação municipal irresponsável e lesiva do interesse público, palavras tão clarividentes, que o senhor vereador proferiu. Portanto, a famosa internalização da Lamego Renova, sem dúvida, nos milhões que todos sabe, foi um erro, o pagamento do empréstimo é na verdade um forte constrangimento, uma forte limitação que o Executivo tem, nomeadamente a renda que está a pagar, o Presidente faz, inclusive na declaração de voto de oitenta mil euros mês. Não se pode esquecer isto que o pagamento é um pagamento duvidoso. Aquele dinheiro podia estar à disposição do Município para outras situações e outras necessidades que todo aqui já falaram, nomeadamente os senhores Presidentes de Junta, com toda a razão aqui reivindicaram para colmatar outras necessidades. Portanto, a seu ver, só votando favoravelmente esta proposta a que se vai poder saber, eventualmente, e com o novo empréstimo, agora, esclarecer as imensas reservas, imensas dúvidas que se tem vindo a ter à cerca disto, acompanhando este processo, e assim poder ficar de uma

forma clara, de uma vez por todas, se o empréstimo é ou não legal, se tinha ou não ter visto do Tribunal de Contas. A seu ver, prévio, tinha que ter visto do Tribunal de Contas. Mas pensa que há aqui uma boa oportunidade, para, de uma vez por todas, conseguir-se por termos a esta situação.

Usou da palavra o senhor deputado **Manuel Monteiro Afonso** para dizer que este empréstimo, como já aqui foram aprovados vários, este empréstimo, efetivamente, é para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outro empréstimo, como aqui já foi referenciado. Efetivamente, a Lei permite que sejam cumpridos determinados requisitos legais, e específicos. E o primeiro deles que a dívida total do Município seja inferior a 2,25 da média da receita corrente, cobrada nos três últimos exercícios. Diz a proposta que, efetivamente isto sucede no Município de Lamego, pois diz que em dezembro de 2020 era de 1,55 x aquela média. Os outros requisitos que a Lei faz recair para que se possa contrair este empréstimo são que, com a contração de novo empréstimo, os encargos totais que existiam com a dívida anterior diminuam agora. Outro requisito é que não aumente a dívida total do Município, e por fim, que diminua o serviço da dívida do Município. Pois assim sendo e como tem afirmado em situações anteriores e análogas a esta, considera um ato de boa gestão aproveitar a baixa da taxa de juros do mercado financeiro para contrair novos empréstimos, para liquidar outros e com isso baixar os encargos bancários ou o então designado serviço da dívida. Contudo, tem dúvidas que tal suceda neste caso,. Por um lado não nos é informado dos custos do contrato inicial para se poder fazer um estudo comparativo. Sabe que este tem um spread de 1,5% que lhe parece alto e não tem também em conta o prazo já decorrido, pois o contrato inicial será de 2008 ou 2009, recorda esta data por algum motivo, e claro que este contrato agora, será um contrato inicial, com o capital remanescente em dívida, mas dilatado no novo prazo de 20 anos. É verdade que o serviço da dívida vai baixar, porque se este mesmo montante é dilatado por mais anos, a prestação de oitenta mil euros, baixará para 70 mil e 65 mil euros. Mas no final, no final do pagamento da dívida, o Município pagará mais dinheiro, porque os juros vão continuando a somar, nas respetivas fracções. Pergunta-se finalmente, porque agora está-se em final de mandato, se isto não podia ter sido antes. E como diz o humorista poder podia, só que, efetivamente, também ele consultando o histórico do Executivo, repara que já foi várias vezes, pelo menos a reuniões do Executivo Municipal, e todas elas sem êxito. Pois, que não havia nenhuma proposta de nenhuma entidade bancária até este momento. E neste momento existiu só uma – Caixa Geral de Depósitos. E verdade que também tem de perguntar, neste caso concreto, neste empréstimo concreto, os bancos até hoje não tinham feito qualquer proposta, respondendo às iniciativas da Câmara Municipal. Claro que só os bancos a que poderão responder, por só agora veio e só a Caixa Geral de Depósitos. A Caixa Geral de depósitos percebe, porque a Caixa Geral de Depósitos é credora inicial, vem no

empréstimo inicial, e portanto nada teria a perder, pelo contrário terá até a ganhar, porque se as condições que oferecer ao Município, lhes forem mais favoráveis.

De qualquer maneira claro que a isso não alheio diz-se aqui e já aqui foi referenciado, no numero 9 da proposta que diz que este empréstimo, é, precisamente, para substituir o que foi internalizado, na sequencia do tal processo de dissolução e internalização no Município da Empresa Municipal Lamego Renova. O plano de internalização não foi submetido a Visto Prévio do Tribunal de Contas, não sabe, na altura não estava na Assembleia, nem a internalização do empréstimo o terá sido. Sabe-se também que esta matéria está em investigação criminal.

Posto isto, e deixa já para não votar cá, como uma declaração de voto, como uma justificação de voto, mais do que justificação do que declaração, declara já que se vai abster, porque, efetivamente, pelos requisitos que disse, por que disse, na proposta de contração de empréstimo, por se destinar a substituir outro que o Município em mandato anterior mal ou bem assumiu, quanto a isso o Tribunal de Contas e os Tribunais Criminais decidirão, ele não esteve cá, não teve nisso responsabilidade, mas por representar uma diminuição de encargos mensais. especifica aquilo que estava a dizer, só por aí a que vê o serviço da dívida a diminuir, face à baixa de taxa de juro praticados hoje no mercado financeiro. É evidente que isso terá no passivo, a médio prazo, um agravamento, no presente, diga-se de uma forma conjuntural uma diminuição, no serviço da dívida. Mas porque o referido empréstimo foi contraído por aquela empresa, para a construção do Multiusos, sem essa verificação daquelas formalidades legais. E porque tornaram dívida que julga, acreditando no que lhe têm contado, aquilo que tem lido, dívida que era privada, que era de uma empresa Lamego Renova, em que o Município só tinha 49% de capital e portanto esta dívida que seria privada, convertida toda em dívida pública. E ainda porque este empréstimo será sempre submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, ele se abstém, se não teria mesmo que votar contra.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para dizer que, de facto, este é um assunto que devia, claramente, concitar a discussão e reflexão de Lamego e dos lamecenses. Não se esta perante um elefante, estará-se perante uma manada de elefantes, naquilo que é a gestão financeira do Município. Volvidos quase dez anos, tem-se aqui um empréstimo de treze milhões de euros, e o senhor deputado Manuel Monteiro Afonso bem aqui falar e discutir as condições do empréstimo e as diferenças de acréscimo ou diminuição nos spraedes e na taxa de juro? Disse que se está aqui, obviamente e mais uma vez, a discutir um processo que não está de todo encerrado, respondendo diretamente à questão levantada pelo senhor deputado Jorge Guedes Osório Augusto, o Tribunal de Contas ainda não se pronunciou, não obstante as insistências feitas, durante este mandato, quanto ao processo de internalização. Está-se a falar de um empréstimo, hoje junho de 2021, ainda está em treze milhões, vai comprometer o erário público durante vinte anos, num empréstimo de oitenta mil euros

mensal. Se não fora destinado àquele fim, como já aqui referiu, poderia ser destinado a cada uma das freguesias, de forma rotativa, podendo fazer investimentos nos territórios das Juntas de Freguesia no valor de oitenta mil euros por mês, em cada uma das freguesias. O que traduziria, tem a certeza, dada a capacidade dos Presidentes de Juntas que tem à sua frente, todos, sem exceção, em que o território de Lamego fosse só, o território mais desenvolvido do País. Mas perante esta realidade os senhores deputados estão preocupados com as pequenas condições do empréstimo. O que aqui coloca à consideração dos senhores deputados, não branquear o empréstimo que foi feito, muito menos o investimento, que neste momento está em treze milhões de euros, outro tanto já foi gasto pelo Município, num espaço que foi construído 100% à custa do erário público, que vai, provavelmente, e as contas serão feitas a final, depois do encerramento financeiro e da discussão jurídica, envolverá mais de trinta milhões de euros, que se investidos ao abrigo do acordos comunitários, implicaria um investimento do Município superior a cento e oitenta milhões de euros. É disto de que se está a falar. É destas opções que se está a falar. O que nesta proposta de deliberação, tendo subjacente esta discussão, esta realidade, não obstante em novembro de 2017, como aqui já de conta a esta Assembleia, ter revogado um despacho do então Vice-Presidente, no mandato anterior, não autorizando que a Caixa Geral de Depósitos debite na conta principal do Município de Lamego este montante de oitenta mil euros, que continua a ser pago, que se entende não querer colocar o Município em incumprimento. E portanto, este debito continua a ser feito, não obstante a existência de um despacho, que aqui quer reafirmá-lo e reiterá-lo a revogar essa decisão, até que, até que, a instancia competente, o Tribunal de Contas se pronuncie. E portanto, é isto que também, em primeira mão se pretende, mais uma vez, provocar, é submeter este empréstimo à apreciação do Tribunal de Contas. Pois, como dizia da parte da manhã, este investimento foi feito, porque não foi submetido ao sufrágio desta Assembleia Municipal, é Lamego Renova não é uma empresa municipal, a Lamego Renova é uma sociedade anónima, era uma sociedade anónima. Aquilo que muito bem disse o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, aqui muito bem reproduzido pelo senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira, é rigorosamente verdade. O que foi feito, foi transformar dívida privada em dívida pública., à revelia do Tribunal de Contas, esta proposta, de uma forma muito expressa. Não pretende, de modo algum, legalizar ou dar o contributo, mínimo que seja, para essa legalização. Afirmou-o em sede de reunião de Câmara, cuja ata será remetida ao Tribunal de Contas, e está aqui, de novo, olhos nos olhos, a afirmá-lo, quando também esta acta será remetida ao Tribunal de Contas.

E portanto, os senhores deputados não têm que ter preocupação alguma, nesta interpretação, que a aprovação hoje desta deliberação significará que o processo de internalização, é sufragado por este Assembleia Municipal. Não, isto não foi agora,

esse procedimento foi feito há uns anos atrás, numa Assembleia Municipal, onde, provavelmente, alguns dos senhores deputados presentes, também votaram favoravelmente, e se envolveram politicamente, nesta contratação, desta transformação de dívida privada em dívida pública, e que portanto, hoje, da parte de todos, não pode aceitar outra decisão, que não seja votar favoravelmente esta proposta, porque com esta proposta visa: primeiro, de forma muito clara e expressa, submeter todo este processo à apreciação do Tribunal de Contas, esta contratação não pode ser feita, se não obter o visto do Tribunal de Contas. E portanto aqueles que defendem que o processo de internalização é válido, não têm argumento nenhum para votar contra esta proposta de deliberação. A menos que que queiram que ele infira, com a não aprovação desta proposta de deliberação, pretendam que o processo não vá ao Tribunal de Contas. Provavelmente será intenção de alguns. Não com certeza a intenção da maioria desta Assembleia. Portanto de forma muito expressa e muito clara, primeiro objetivo submeter este processo à apreciação e a sufrágio do Tribunal de Contas; segundo objetivo diminuir os encargos financeiros para o Município. Disse que esta proposta não nasceu, como, provavelmente imaginarão de uma noite do Presidente da Câmara, não, foi pensada, com acessória financeira, foi pensada pela Divisão de Finanças e Património, foi objeto de informação do Chefe de Divisão de Finanças e Património, teve um júri de apreciação das propostas e dentro das propostas possíveis, obviamente que se está a falar do empréstimo de treze milhões de euros, é muito claro que as instituições financeiras, hoje em dia, com crise que se atravessa, têm dificuldade em suportar um empréstimo de treze milhões de euros,. Não obstante, neste momento, quem o está a contratar é uma instituição, é o Município de contas certas e de bom nome na praça, mas ainda assim trata-se de um empréstimo de treze milhões de euros, sem garantias reais de igual valor. E portanto, há aqui cautelas por parte das instituições financeiras. Mas há, obviamente um estudo pensado, apurado, e obviamente que a proposta que está a submeter à Assembleia Municipal apresenta vantagens, obviamente, relativamente à contratação que se tem em curso. Portanto, tem-se aqui uma dupla vantagem. de uma vez por todas, submeter-se à apreciação e a sufrágio do Tribunal de Contas. E desde já da sua parte, da sua parte, aceitará, sem qualquer reserva, razão não terá, mas do ponto de vista político está afirmá-lo, aquilo que for o verídico do Tribunal de Contas, será aquele que ele aceitará, do ponto de vista político também,. E assim,. se o Tribunal de Contas entender que o processo de internalização decorreu de forma correta e que esta proposta de deliberação aprovada pelos senhores deputados merece o visto prévio, não ouvirão, de certeza absoluta, faz aqui esse compromisso de honra, discutir, politicamente ou juridicamente este processo. E portanto, aqueles que estão convictos que o processo de internalização não merece o visto, só têm que se submeter a este sufrágio. Não se pode é fazer veto de secretaria, não se pode é não aprovar esta deliberação, impedindo com isto, que o Tribunal de Contas aprecie a

matéria essencial e a matéria essencial é a legalidade de todo o empréstimo, constituído por uma empresa privada, Lamego Renova, à qual o Município de Lamego, sem qualquer deliberação, sem qualquer fundamento, até deu uma carta de alforria, e depois por força do processo de internalização assume na íntegra e que desde que este Executivo tomou posse, está ser paga à revelia de um despacho do Presidente da Câmara, que impede a instituição financeira Caixa Geral de Depósitos de o fazer. É esta a questão., é uma opção claramente política, é claramente uma opção financeira, e é finalmente uma opção económica. E portanto dirigindo-se aos senhores deputados aqui e agora, nesta votação, vai-se ver, de uma forma frontal quem é que está por Lamego e por os lamecenses, pela legalidade dos processos, pela diminuição dos custos, pela gestão rigorosa ou quem é que está contra, pretendo impedir que este processo não seja submetido à apreciação do Tribunal de Contas.

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel José do Carmo Coutinho**, para dizer que não podia ficar indiferente, a este último repto do senhor Presidente da Câmara. Dos deputados não estão aqui para serem chantageados, votam de acordo com a consciência de cada. E sobre esta matéria se revê, quase, na totalidade, com os argumentos aqui tecidos pelo senhor deputado Manuel Monteiro Afonso. Porque o senhor Presidente da Câmara vem aqui trazer o empréstimo que quer, com toda a transparência e legalidade, como se o empréstimo inicial não ficasse na gaveta da Câmara de Lamego e não tivesse sido submetido ao parecer, também ele do Tribunal de Contas, só que até hoje ainda não o fez. E este que hoje, eventualmente se vai aprovar, corre, eventualmente o mesmo risco. Porque o senhor Presidente da Câmara é a deiscência e a transparência, mas cometeu um erro grasso, descredibilizou o Município de Lamego, perante a banca. É que o senhor Presidente da Câmara, logo após assumir as funções, o senhor Presidente acabou de reiterar isso, proferiu um despacho a anular o pagamento das prestações do empréstimo da entidade Município de Lamego, que o senhor Presidente da Câmara devia respeitar. Ora, a partir daí, qual é o banco que vai dar credibilidade de renegociar esse empréstimo. Naturalmente vem de pé atrás, o único que o fez é a Caixa Geral de Depósitos, porque foi ela que financiou, foi a Caixa Geral de Depósitos que financiou, e está envolvida.

Mais disse que acha e pensem com ele, ao que julga saber, pergunta a taxa de juro é mais baixa? o spread é mais baixo? Vai pagar menos prestação, sabem porque? Porque enquanto o empréstimo vigente é pago ainda na geração dos nossos filhos, este que o senhor Presidente agora nos traz, vai pagar menos, mas vai hipotecar também os nossos netos, não é só os nossos filhos. Esta é que é a realidade. E isto tem sido de uma forma transparente, tem sido transparente, tem sido decente, e todos assistem a tudo isto. E depois vem outra vez a história do passado, esse fantasma que foi aqui hoje dito, este fantasma que vai ser julgado daqui a dois meses. Cá se está para o julgar, porque isto falar bem., e apresentar obras, vai-se questionar qual obra

que nasceu deste mandato?.Qual foi a obra que foi concebida e submetida neste mandato?

Interveio o senhor **Carlos Manuel Almeida Loureiro**, para dizer que foi tudo dito, a parte técnica, pelo senhor deputado Manuel Monteiro Afonso. Daquilo que ouviu do senhor Presidente da Câmara não respondeu a certas perguntas, o porque de a dois meses das eleições foi tomada esta posição da renegociação.

Disse ao senhor Presidente da Câmara que vai dizer a posição do grupo Municipal do PSD, sobre este assunto, irá passar pela abstenção, porque o Grupo Municipal do PSD não tem medo de nada, orgulha-se do passado, confiaram nas pessoas que estiveram nesse passado, o senhor Presidente da Câmara se calhar teve medo, porque a dois meses das eleições é que traz este assunto. Perguntou se o senhor Presidente encontrou alguma coisa que compromettesse esse empréstimo. Se encontrou teve quatro anos para denunciar, vem agora muito perto das eleições, poderá ser o atual Presidente da manter-se no lugar ou poderá ser outro, a dois meses vai fazer uma renegociação, acha que o senhor Presidente da Câmara ao acusar o antigo Executivo de utilizar no ultimo ano verbas disponíveis para o ano seguinte, agora com este assunto, está, praticamente e fazer o mesmo. A dois meses das eleições está a mexer num processo que já tem muitos anos. Disse ao senhor Presidente da Câmara que fique ciente, provavelmente este processo vai passar, o PSD não tem medo de que seja sujeito à apreciação do Tribunal de Contas e cá estará, também, para depois ver o que o Tribunal de Contas irá dizer. Disse que ficou muito feliz com a intervenção do senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira, sempre, com as suas intervenções muito emotivas. Fica admirado que só agora reparou que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, que proferiu tantas e tantas coisas boas, durante este mandato. Só estas últimas lhe motivaram um certo interesse. Mas também poderia realçar aquelas que foram contra esta Executivo em funções. Entende a posição do senhor deputado Manuel António Rebelo Ferreira, o que pretende, o muito obrigado por tomar partido da posição do Vereador Ernesto da Silva Rodrigues.

Tomou a palavra o senhor deputado **Manuel Monteiro Afonso**, disse ser engraçado que depois das últimas intervenções, sentiu-se como um cidadão entre os gregos e troianos, atacar de um lado e atacar do outro. O senhor Presidente da Câmara de um lado, pensou que ele próprio não tinha dito nada contra o senhor Presidente da Câmara, a seguir veio o senhor deputado Manuel José do Carmo Coutinho do outro lado, efetivamente o obrigou aqui. O senhor Presidente da Câmara, começará primeiro, por reconhecer que ele falou numa expressão que o senhor Presidente da Câmara também utilizou que foi transformar dívida privada em dívida pública. Utilizou, realmente, essa expressão. E se utilizou essa expressão, é porque está implícito também, porque reconheceu que a empresa Renova era privada. Se foi internalizado o seu passivo todo entre o qual este empréstimo, obviamente que está a reconhecer

isso. O senhor Presidente da Câmara terá que levar isso em atenção. Pois começou um pouco, não diria irado, a tentar falar sobre este aspecto, quando afim disse aquilo que o senhor Presidente da Câmara acabou também repetir. Obviamente que todos sabem, ele leu pelo menos, e recorda, ainda vai tendo alguma memória apesar da idade, do um relatório sobre o Multiusos, e lá se faz o histórico sobre essas empresas, a Lamego ConVida, era uma empresa de capitais públicos, uma empresa municipal, mas era essa que detinha na tal sociedade anónima privado que o senhor Presidente da Câmara referiu que é a Renova, tinha capital, diga-se, em minoria, 49 e pouco por cento, não chegava aos 50%., não tinha a totalidade do capital. E foi essa empresa que foi internalizada. E por isso, e por isso, e também lhe referiu, por não ter estado, naquela altura e aceitando como plausível, não diz como certo, mas como plausível aquilo que tem ouvido do senhor Presidente da Câmara e de todos os outros, que, efetivamente, houve uma internalização, que não terá tido todos os procedimentos que se impunham, todos os procedimentos legais, a que ele lhe disse que, não estando lá, se iria abster. A isso, obviamente, fez acrescentar outras coisas que era, ele não estar convencido, não sabe como os senhores deputados estão convencidos, de que estes encargos que se devem ter com o novo empréstimo, sejam suplantados ou que suplantem os anteriores, e porque, porque na proposta que o senhor Presidente da Câmara enviou não vem lá as condições do contrato inicial. Se não vem o contrato inicial, não pode comparar as condições de agora com o contrato inicial. O que leu o de agora vê, também tem um spread que lhe parece alto. O senhor Presidente da Câmara lhe desculpará, na sua opinião este spread parece-lhe alto, se calhar não é. Não sabe. E foi por estes motivos que disse que se ia abster. Porque não quer ser responsabilizado em atos do passado, com os quais não teve qualquer intervenção, não deixa também de tecer a sua opinião, que é pessoal, agora não é do grupo municipal do PSD sobre as condições que aí estão propostas.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer ao senhor deputado Manuel José do Carmo Coutinho, não pretende de modo algum, nem nunca o pretendeu, chantagear a Assembleia Municipal. O que pretendeu foi e que ficasse muito claro, que cada deputado assuma a sua responsabilidade inerente à decisão que vai tomar a propósito do seu voto. Falou de uma questão clarificar, não disse nada em contrário, de que tinha dito o senhor deputado manuel Monteiro Afonso. Nem o senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro veio dizer nada que negasse as suas afirmações. A postura, primeira característica jurídica da Lamego Renova, como é do conhecimento de todos, é uma empresa privada, uma sociedade anónima, não é uma empresa municipal, O empréstimo contraído pela Lamego Renova não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal nem desta Assembleia Municipal, O senhor deputado Manuel José do Carmo Coutinho aqui pretendeu dizer, refere apenas ao processo de internalização da Lamego Renova, que não aprovado na Câmara Municipal e foi aprovado na Assembleia Municipal. São factos, são realidades. São História, agora a

sua discussão política é que não se esgotou e não vale a pena dizer que isso é passado, e há que discuti-lo por uma razão simples. o senhor deputado manuel José do Carmo Coutinho foi aqui muito claro, isto penhora o presente, penhora o futuro dos nossos filhos, penhora o futuro dos nossos netos. E assim será uma discussão sempre presente. E é preciso perguntar porque é que foi feito este gasto ao município, porque que é que foram gastos tinta milhões de euros, do qual ainda falta pagar treze milhões de euros. O porquê do mérito de uma gestão da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” que iniciou funções em 2005 e em 2013 foi obrigada a contrair um processo de saneamento financeiro, porque tinha hipotecado, completamente, os recursos do Município, por quase cinco décadas. Esta é que a discussão. É verdade, só fazer contas, de 2013 comanda vinte anos a 2021, é só fazer contas. Esta é que é a discussão. E hoje aqui o que se pretende é que a Assembleia Municipal diga sim senhora, a proposta que é colocada, do ponto de vista financeiro e económico é mais vantajosa ao Município, os senhores deputados aprovam-na. Se ponto de vista jurídico e financeiro, na superior apreciação do tribunal de Contas foi válida está o assunto encerrada. Disse, se fosse calculista do ponto de vista eleitoral, nunca submeteria a esta Assembleia Municipal esta proposta nesta altura. O que espera e tudo irá fazer, para que o Tribunal de Contas, antes da próxima sessão da Assembleia Municipal tenha-se o visto do Tribunal de Contas. Se houvesse jogo de oportunismo político, não assumiria este risco, como diz o senhor deputado Carlos Manuel Almeida Loureiro e se a resposta for positiva? Se a resposta for positiva, assumira-a da mesma maneira se for negativa. Aplaudirá e arruma-se de uma vez por todas esta discussão, que paira sobre o Município de Lamego há quase uma década. E assume, claramente o risco nesta altura eleitoral. Vai responder porque só agora, porque só agora em 2021 é que o Município de Lamego é de boas contas e recuperou totalmente a sua credibilidade e a sua independência financeira. Porque a 31 de dezembro de 2020, o nível de endividamento estava num nível superior ao limite máximo permitido., que sempre esteve, e portanto, só quando Lamego é de boas contas, é uma Instituição de Bem, que paga o que deve, que honra os seus compromissos, que tem o seu nível de endividamento abaixo do limite legal, como foi aqui aprovado por esta Assembleia na Conta de Gerência, com a informação complementar, a 30 de dezembro esse objetivo ainda estava cumprido, mas fez-se no primeiro semestre de 2020, e quando neste momento se está a quatro milhões de euros abaixo do limite legal do endividamento, é obvio que quer as Instituições Financeiras, quer o banco Europeu de investimentos, quer o Tribunal de Contas, olham para Lamego, como se olha para uma pessoa de bem, como uma pessoa honesta. O que não acontecia anteriormente, e portanto este é o tempo. É o tempo no interesse do Município, não é o tempo em termos da gestão política/partidária. Muito menos em termos de gestão eleitoral.

Dirigindo-se aos senhores deputados, com a viabilização desta proposta de deliberação, poderão ter duas certezas, primeiro, as condições deste novo empréstimo

são muito melhores que as do anterior, se assim não fosse não se teria o respaldo, da assessoria financeira que nos acompanhou, e que a mesma que fez o saneamento financeiro, já agora, para que não haja ai qualquer aproveitamento, é a mesma equipa que trabalhou no processo de saneamento financeiro., e que agora diz que estas condições são melhores que as existentes. Di-lo a Divisão de Finanças e Património do Município, di-lo o Chefe de Divisão de Finanças e Património. E visa uma outra coisa, visa-se que o Tribunal de Contas se pronuncie neste tempo, independentemente, das consequências eleitorais que vierem a ser feitas. A confirmar-se o cenário político/partidário eleitoral que se avizinha, ele, no Lugar da Coligação aplaudiria a iniciativa do Presidente da Câmara, votando esta proposta, para que o Tribunal de Contas que, de uma vez por todas,.nos dê razão, aquilo que se anda a afirmar há mais de meia dúzia anos. Agora para isso é preciso ter coragem. Muita coragem e essa que espera desta Assembleia.

Tomou a palavra o senhor deputado **Jorge Guedes Osório Augusto**, para dizer que as suas posições foram largamente expressas em ata anteriores do Executivo a que pertenceu, e referindo se a situação que o senhor Presidente da Câmara aqui salientou quanto ao despacho de não pagamento à caixa Geral de Depósitos foi uma boa decisão, só lhe faltou uma coisa, ir para Tribunal questionar, porque um Município, bem próximo, numa situação idêntica, ganhou a acção, no Supremo Tribunal, tendo ainda sido determinado uma investigação ao procedimento adotado . Porque a Caixa Geral de Depósitos, ao contrário de outros bancos, tem uma Direção Geral de Crédito Público e, em sua opinião, não poderia ter feito o financiamento, sem que todos os procedimentos, nomeadamente o Visto do Tribunal de Contas tivesse sido concedido. E portanto, teria ficado resolvido um assunto que vai ali custar trinta e tal milhões de euros, naquele espaço, isso é inegável, tanto quanto vai custar a Nova Ponte de ligação entre Vila Nova de Gaia e Porto, segundo notícias vindas a público... Estes são os factos

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com vinte votos a favor e dezasseis abstenções

Interveio o senhor deputado **Jorge Guedes Osório Augusto** para ler a sua declaração pessoal de justificação de posição na votação, que se transcreve na integra:

*“Tendo sido informado pelo senhor Presidente da Câmara de que o Tribunal de Contas ainda não se tinha pronunciado sobre o processo de “ internalização “ da empresa Lamego Renova, SA, empresa PPPI, no Município, apresento a minha justificação de posição de “ abstenção “ na votação deste ponto:*

*- A proposta de contratação de um empréstimo de 13.036.455,46 € , aqui apresentada ( ponto 2.2 ) da “ Ordem do Dia “ , destina se a proceder à antecipação do pagamento de um empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos à então*

Lamego Renova, SA empresa criada no âmbito de uma Parceria Público Privada ( PPPI ).

- Este empréstimo contraído em 2009, não foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, por parte da Câmara Municipal, tendo em conta que por via da Lamego Convida, EM ( empresa municipal, sendo o capital 100% público ) esta detinha 49% no capital da empresa Lamego Renova, SA.

De acordo com a decisão daquele Tribunal este procedimento, era obrigatório , razão pela qual, em minha opinião, ao não ter sido seguido esse procedimento, torna o empréstimo ilegal.

- Esta minha afirmação é suportada pelas decisões expressas nos Acórdãos nº 24/2012 – 1ªS/SS de 23 Julho e nº 23/2012 – 1ª S/Plenário de 23 Novembro do Tribunal de Contas.

- Iguamente em reunião extraordinária da Câmara em 01.12.2014, veio a ser “ recusado “ pelo então Executivo Municipal, o contrato a celebrar entre o Município, a Lamego Convida, EM e a Lamego Renova, SA, impossibilitando assim o Município de proceder às amortizações/rendas então previstas nesse contrato “ recusado “.

- No entanto foram praticados vários atos contrários às decisões da Câmara. Por exemplo os documentos que vêm anexos a esta proposta – Faturas / FT 2015 FT 1/3 e FT 2015 FT- 1/1, são o exemplo de pagamentos feitos, por via de um contrato “ reprovado “ pelo Executivo Municipal, e ainda com uma opinião jurídica “ desfavorável “ por parte do Gabinete Jurídico do Município.

- Da mesma forma, em 2016, o então Executivo Municipal, não aceitou a “ generosa “ oferta das participações ( ações ) que as empresas privadas detinham em 51% no capital da empresa Lamego Renova, SA.

- Para além destas questões aqui referidas, as quais já me levavam a uma “ abstenção “, de forma a aguardar a decisão do Tribunal de Contas, a proposta agora apresentada também não se me afigura financeiramente favorável, para além de , em minha opinião, estar de novo a violar o princípio da “ equidade intergeracional “ estabelecido na Lei das Finanças Locais, se considerarmos de que se trata prolongar por mais 20 anos o período de um financiamento iniciado em 2009.

- Quero dar aqui como reproduzidas as deliberações do anterior Executivo Municipal, expressas sobre esta matéria, designadamente :

1. Ata da reunião extraordinária da Câmara em 01.12.2014;

2. Ata da reunião de Câmara de 20 de Junho de 2016, nomeadamente o ponto 21, onde expressei a minha posição sobre a “ dissolução “ da empresa Lamego Renova, SA, tendo aí alertado para alguns assuntos muito relevantes para o Município, e que deveriam ser tomados em conta pela então Assembleia Municipal, o que não veio a acontecer.

- *Subscrevo ainda inteiramente as “ declarações de voto “ e apreciação do senhor Vereador Eng. Ernesto Rodrigues, expressas nas atas da Câmara de 19 de Abril e 28 de Junho de 2021, que entretanto me foram enviadas.*

*Por último saliento que já em reunião desta Assembleia salientei a vária Jurisprudência seguida pelo Tribunal de Contas sobre estas matérias, referindo me designadamente a um dos vários Acórdãos deste Tribunal, o Acórdão nº 4/2017 – 1ª S/SS de 7 de Abril, já transitado em julgado, no qual evidência , a não aceitação da “ internalização “ do ativo e passivo deste tipo de empresas nos Municípios , o que serviria de exemplo para o caso da Lamego Renova, SA.*

*Aliás, em minha opinião, a legislação em vigor na altura, já não permitia o aumento da dívida pública, nestes casos, situação contrária ao que veio a acontecer neste Município, com a internalização do passivo da Lamego Renova, SA.*

- *Face ao curto espaço de tempo que pude dispor para uma melhor análise a esta proposta, estes são alguns dos argumentos que suportaram a minha “ abstenção “ à votação , certo de que esta processo será enviado ao Tribunal de Contas, não podendo o mesmo ser concretizado sem que este Tribunal se pronuncie sobre o “ visto“.*

*Caso assim não fosse, a minha decisão seria de voto “ contra “, tendo em conta todo o historial deste processo e os elevados valores em causa e a situação em que aquele equipamento se encontra”.*

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para informar que tem o ponto 2.3 – Apreciação e deliberação da proposta de recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de chefe da divisão administrativa e de coordenação – júri do procedimento concursal

Informou que, como já tem sido feito e é habitual, o voto está, devidamente, identificado, o “sim” corresponde à aprovação, o “não” corresponde à não aprovação.

Informou ainda que, existem esferográficas, os senhores deputados utilizam a esferográfica e ficam com ela.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, para justificar perante a Mesa e perante os senhores deputados a sua retirada e da senhora vereadora, na sequência daquilo que era previsível, pela durabilidade desta sessão da Assembleia Municipal, pois agendou a partir das quinze horas, compromissos no âmbito Municipal, que os obrigam a sair. E portanto, quer apenas solicitar aos senhores deputados que não considerem ausências, como falta de respeito por esta Assembleia, que será sempre o maior.

**2.3. ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL;

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal , do seguinte teor:

*“Considerando que:*

O cargo de Chefe da Divisão de Divisão Administrativa e de Coordenação (cargo de direção intermédia de 2.º grau) foi exercido em regime de comissão de serviço, pelo Dr. Luís Carlos Pereira da Silva, que cessou funções em 31.03.2021, por motivo de aposentação, pelo que o lugar se encontra vago.

É neste contexto que, **determino** a abertura do procedimento concursal, tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão Administrativa e Coordenação, nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na sua redação atual, conferida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à administração local pelo artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação.

Nesta conformidade, proponho:

1.º Que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e na primeira parte do n.º 1 do artigo 30.º da LTFP, e no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, conjugada com o n.º 1 do artigo 20.º e com os n.ºs 1, 2 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, delibere no sentido de autorizar a abertura de procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Administrativa e Coordenação, nos seguintes termos:

Habilitação Literária e/ou Profissional: Licenciatura.

Descrição da Habilitação: Licenciatura numa das seguintes áreas de formação:

Administração Autárquica, Direito e Recursos Humanos.

Perfil: O titular do cargo será recrutado de entre indivíduos com capacidade de liderança e gestão das pessoas, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade de decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise da informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área de atuação da unidade orgânica.

Descrição da área de atuação: traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no âmbito das competências previstas no Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Lamego para a Divisão Administrativa e de Coordenação, publicitado na 2.ª série do Diário da República em 08/01/2013, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e eventualmente as competências que lhe forem delegadas nos termos da lei.

2.º Que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, seja submetido para designação pela Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal, constituído nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 13.º da supracitada Lei, por um presidente designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e 2 vogais, os

quais deverão ser designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade tenha sido exercida preferencialmente na área de Recursos Humanos ou da Administração Local Autárquica, a saber:

Presidente de Júri - Luis Carlos Pereira da Silva, nos termos do n.º 2, artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação. 1.ª Vogal - Paulo Alexandre Matos Figueiredo, Chefe da Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Moimenta da Beira. 2ª Vogal - Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lamego.

Vogal Suplente - Blandina Almeida Estêvão Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Castro Daire.

**Deliberação:** Foi submetida a proposta a sufrágio por voto secreto e nominativo. Tendo a proposta sido aprovada, com vinte um votos favoráveis e dezasseis votos desfavoráveis.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para transmitir o seguinte: Sabe que os senhores deputados já têm os programas sobre o Ergo um Cravo, já foram distribuídos, mas é também e essencialmente para os lamecenses. No próximo domingo, dia 4 de julho, vai haver um espectáculo na Av. Dr. Alfredo de Sousa, que é ao fim ao cabo, o espetáculo que estava previsto, dentro das comemorações do 25 de abril, não pôde ser feito, por via da pandemia. Mas achou-se isto quando se estava ainda no sinal verde que este era o melhor dia. Contudo, para que este espetáculo, com toda a segurança, relativamente às medidas que devem ser tomadas contra a Covid 19. Ontem esteve reunido com a proteção civil e verificaram, em conjunto, como é que vai ser realizado este espetáculo. O Palco vai ficar montado na segunda taça da Avenida ou espelho de água. Haverá 120 cadeiras para as pessoas que se queiram sentar. Excluindo as primeiras duas filas, que são para os protocolares, os restantes são para todos os lamecenses indistintamente. Existem grades indicativas do perímetro da assistência deste espetáculo. Aconselha-se o uso obrigatório da máscara e evitar aglomerações de pessoas, porque vai ser pedida a intervenção da PSP nesse sentido. Trata-se de um espetáculo que passa anunciar aos lamecenses, em que às 15 horas haverá um peça de Bailado, pelo Centro Jovem de Dança do Porto, a peça tem o nome de “Quatro Estações de ViValdi, que é ao fim e ao cabo uma ilustração das “Quatro Estações”, que são os espelhos de água da Av. Dr. Alfredo de Sousa. Depois seguir-se-á pelas 15.30 horas, há um momento de fado, com a fadista Cristina Marques. E às 17 horas a ultima peça de Bailado, uma peça lindíssima, de uma compilação de fados da Mariza.

Lembrar também, que pelas 14.30 horas, haverá a inauguração do Painel de Arte Urbana, que nesta altura já está a ser feito, e todos fazem “figas” ele principalmente, para que tudo esteja pronto, a tempo, por algumas vicissitudes mecânicas, que ultrapassam os artistas que estão a fazer o painel, e que tem a certeza absoluta que

estará pronto. Portanto aqui fica o convite a todas as senhoras e senhores deputados municipais, essencialmente aos lamecenses, mais uma vez dizendo que tudo foi pensado, tudo está planificado, planeado, para se evitar a propagação do vírus e as pessoas, também, já vai sendo a altura de se recriarem um pouco e de verem algo de lúdico, também na sua cidade.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido manifestação nesse sentido.

#### **2.4- ASSUNTO: MINUTA**

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

#### **2.5- ASSUNTO: TERMO**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às dezasseis horas e vinte minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico